

A JOC e o Surgimento da Igreja na Base (1958-1970)¹

Por Scott Mainwaring, Palo Alto, Califórnia-EUA

Este artigo trata da história da Juventude Operária Católica (JOC) do Brasil, de 1958 a 1970. A JOC foi uma das mais importantes experiências da Igreja Católica do Brasil na época, principalmente por ter sido uma precursora de grande significação para a pastoral popular que floresceu nos anos setenta. A JOC virtualmente desapareceu em 1970, vítima de brutal repressão da parte do Estado e do insuficiente apoio dos bispos; deu, porém, testemunho de um tipo de fé que deveria conquistar cada vez mais espaço dentro da Igreja brasileira. Anos antes das comunidades eclesiais de base, da pastoral da terra e da pastoral operária deixarem marcas importantes na Igreja do Brasil e na sociedade como um todo, vinham os participantes da JOC assumindo posições de liderança nos movimentos populares. Além de ajudar a formar um número significativo de líderes que continuam a desempenhar um papel chave em vários movimentos populares e na Igreja, a JOC proporcionou também campo fértil para outras inovações em práticas pedagógicas junto às classes populares.

A JOC fez mais do que antecipar essas mudanças. Através de seu corajoso testemunho, desempenhou também o papel de estimular a Igreja inteira a mudar. Numa época em que a maior parte da Igreja estava ainda estreitamente ligada ao Estado e às classes dominantes, a JOC ajudava a Igreja a entender as

Nota preliminar:

Dedico este artigo aos trabalhadores brasileiros que lutaram para mudar sua sociedade.

Agradeço as contribuições dos quinze jocistas que, de várias formas, estimularam e enriqueceram esta pesquisa. Sem eles teria sido impossível realizar este estudo. Quero agradecer especialmente a Agostinho Pretto, Maria Angelina de Oliveira, Maria Irony Bezerra Cardoso, José Domingos Cardoso, Manoel de Jesus de Araújo Soares, Tibor Sulik e Wilson Farias, cujas contribuições e estímulo foram inestimáveis.

Quero agradecer também a J. B. Libânio, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Marina Bandeira e Vanilda Paiva pelos proveitosos comentários.

Traduzido por Maria Luiza Jardim de Amarante.

1. Este artigo faz parte de um estudo mais amplo sobre «The Catholic Church and Politics in Brazil, 1958-1980». Um artigo anterior, «Faith, the Church, and Politics: Theoretical Notes», serve de base a partes de minha estrutura teórica não tratada aqui. Esse artigo será publicado na revista *Síntese*, com o título «Igreja e Política: Notas Teóricas», em março de 1983.

Exceto quando indicado de outra forma, todas as citações sem notas de rodapé procedem de entrevistas.

necessidades e os valores da classe trabalhadora. O movimento desempenhou papel importante sensibilizando a Igreja para as dificuldades enfrentadas pela classe operária e para a importância de desenvolver uma pastoral popular mais adequada.

A experiência da JOC foi particularmente interessante pela rapidez de transformação do movimento em tempo relativamente curto. Antes de 1958, a JOC era um grupo politicamente moderado, de reduzido envolvimento em movimentos populares e mais interessado em atividades da juventude e da vida sacramental da Igreja do que em política. Em 1970, já se tornara um dos alvos primordiais do regime autoritário devido à sua liderança nos esforços de resistência popular, às suas fortes críticas ao regime e a seu engajamento num projeto socialista. Perdera também o caráter de juventude e se distanciara da Igreja institucional.

Não obstante tratar-se de uma experiência importante, pouco se tem escrito sobre JOC.² Na verdade, e de modo mais geral, pouco se tem escrito sobre um dos mais importantes tópicos da recente história da Igreja brasileira, ou seja, o surgimento da pastoral popular. Através do estudo da JOC e de sua transformação, esperamos neste artigo contribuir para uma compreensão mais rica deste processo mais amplo.

A maior parte do artigo descreve a história da JOC a partir de 1958 — época em que as mudanças na Igreja brasileira começaram a se acelerar — até 1970, quando a repressão dizimou o movimento.³ O artigo consta de duas partes: a

2. Márcio Moreira Alves tem um breve estudo da JOC e ACO em *A Igreja e a Política no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1979), 152-157. Infelizmente seu relato sobre o documento do Conselho de Recife não menciona que parte do documento era um trabalho de seminário apresentado por um membro da Ação Popular. Afirma também incorretamente que o Assistente Internacional Brian Burke viera ao Brasil a fim de corrigir a linha da JOC, quando na realidade a JOC brasileira pediu a Burke que viesse, e ele em essência apoiou o movimento.

No princípio de 1981, o jornal da arquidiocese, *O São Paulo*, publicou uma série de breves artigos sobre a história da JOC.

3. Limito o assunto aos tópicos mencionados neste parágrafo. Outras questões, como uma descrição mais detalhada do crescimento do movimento, suas estruturas, seu relacionamento com movimentos populares específicos, eventos de grande importância no movimento, seu relacionamento com a JOC internacional, não estão incluídos. Considero o período 1947/57 apenas em seus contornos mais amplos, sem tratar das mudanças nesse período pós-70. Além disso, e sobretudo depois de 1964, as posições políticas mudaram muitas vezes com uma rapidez que não tenciono considerar aqui.

Como observação final, durante todo o período considerado, a JOC teve algumas divergências internas sobre conscientização e politização. O Brasil se caracteriza por divergências regionais extremas que levaram a divergências dentro da JOC conforme as regiões. No Nordeste, por exemplo, debates sobre trabalho na fábrica eram menos comuns do que

primeira, mais extensa, trata da visão política da JOC e de seu relacionamento com a Igreja institucional durante o período de 1958 a 1970, incluindo um breve exame do período 1947/1957; a segunda parte trata da contribuição da JOC para a criação da Igreja popular.

Do princípio ao fim do artigo, examino as mudanças na JOC em relação a dois pontos principais: a visão política da Igreja Católica e a luta política na sociedade em geral. Enquanto movimento de Igreja, e parte da Ação Católica Brasileira, a JOC era influenciada pela visão da Igreja como um todo. Mesmo nos últimos anos, quando sua concepção de fé era muito mais progressista do que a linha predominante na Igreja, a JOC levava a marca do seu caráter religioso, sobretudo em sua pedagogia, que conservava uma ênfase cristã humanista no respeito ao indivíduo, especialmente em relação aos valores e capacidade das classes populares. Os laços religiosos também se evidenciavam na atitude crítica da JOC em relação a grupos clandestinos e no fato de que, apesar de profundas divergências, sempre manteve o relacionamento com a Igreja institucional. Na verdade, um dos motivos pelos quais a JOC deixou marca tão profunda na Igreja foi que, em contraste com os grupos de JUC e JEC, a JOC permaneceu sempre estreitamente ligada à Instituição.

O desenvolvimento da JOC foi, em conseqüência, parcialmente condicionado pelas mudanças dentro da Igreja em geral. O desenvolvimento da hierarquia, as mudanças dentro de outros movimentos na Ação Católica, e outras experiências na criação da pastoral popular — tudo teve repercussão na JOC.

É concebível que uma Igreja ou um movimento de Igreja permaneça relativamente impermeável aos conflitos sociais na sociedade em geral, no sentido de que esses conflitos não modificam o modo pelo qual a Igreja encara sua missão. Isto pode acontecer enquanto a Igreja definir sua missão como estando acima da política.* Mas, no momento em que acredite

nas cidades industriais do Sul ou do Sudeste; e, reciprocamente, o desemprego era sempre o tópico mais importante no Nordeste.

O que era mais importante, havia sempre divergências entre a base, o líder de nível local, o líder regional e a equipe nacional, que era sempre politicamente mais ativa e consciente que a base. Em casos excepcionais, como em 1963, algumas equipes regionais eram mais engajadas politicamente que a equipe nacional.

Descrevi a visão da JOC tal como expressa nas publicações do movimento e nas reflexões de ex-militantes que ocuparam posições de liderança. Esta visão «hegemonica» não pode levar em conta a complexa multiplicidade de visões na base.

4. Igreja alguma está realmente acima da política. As práticas religiosas e a ideologia necessariamente reforçam ou desafiam os valores

que sua missão religiosa exige envolvimento político, a visão de sua missão será fortemente afetada pela luta política mais ampla. Então a análise do porquê das mudanças institucionais deve centrar-se mais nesta luta política mais ampla.

Esta abertura para as questões sociais e políticas foi o que aconteceu com a JOC que, depois de 1958, tornou-se cada vez mais aberta às questões políticas e mais diretamente influenciada pela luta política. À medida que a JOC assumia um profundo engajamento político, era influenciada por acontecimentos políticos da mesma forma que outros grupos de movimento popular ou de esquerda, o que é lógico. Os jocistas participavam, individualmente, de um movimento de Igreja, mas também ganhavam a vida como assalariados, e assim eram afetados pela política econômica. Participavam de movimentos populares, e assim eram atingidos pelas políticas do Estado em relação a estes movimentos. E a JOC participava do debate sobre o futuro político do Brasil, e desta maneira era atingida pelos eventos que determinavam aquele futuro. Assim, as mudanças do clima político — o otimismo nacionalista do período 1958/1964, a repressão e a crescente desilusão com o capitalismo após 1964, e muitas outras mudanças — influenciaram inevitavelmente o desenvolvimento da JOC.

A pesquisa

A redação deste artigo constituiu uma experiência em si de tamanho interesse e tão gratificante que merece menção.

Embora eu assumo a responsabilidade final deste documento, um grupo de ex-jocistas desempenhou importante papel em sua elaboração. O primeiro estágio de minha pesquisa consistiu em consultar documentos da JOC no Rio e em São Paulo. O segundo estágio envolveu a gravação de longas entrevistas com três ex-assistentes e seis ex-participantes, todos eles com longo tempo de participação.

Num terceiro estágio, consultei documentos no Instituto Nacional de Pastoral em Brasília, que possui excelente arquivo sobre a JOC no período de 1947 a 1970. Depois disso, preparei uma minuta do documento. Discuti então a matéria, em duas sessões longas e muito animadas, com um grupo de nove ex-jocistas, cinco dos quais haviam sido entrevistados. Essas sessões forneceram várias sugestões ricas para alterações no texto, incluindo o preenchimento de várias lacunas e a correção de alguns enganos. Neste sentido, o documento sublinha até onde as camadas populares podem desempenhar um papel importante em recriar a própria história.

predominantes, e portanto, em última análise, o sistema de dominação. Não obstante, uma Igreja pode crer estar acima da política e pode ficar fora de discussões explicitamente políticas, e neste caso ela é em geral menos diretamente afetada pela luta política.

A experiência também desperta algumas reflexões sobre a ciência social e sobre o papel das classes populares na sociedade brasileira. Em parte, devido a duas décadas de governo autoritário, tem sido difícil reconstruir o passado recente de muitos movimentos populares. As histórias de vários esforços de resistência popular durante essas duas décadas têm sido abafadas, assim como a história da construção da Igreja popular. Na verdade, de modo mais geral, as quase duas décadas de autoritarismo tenderam a ocultar o dinamismo adquirido pelas classes populares nessa sociedade. A compreensível resistência demonstrada pelos movimentos populares e pela pastoral popular, ao serem submetidos a investigações durante este período, complicaram ainda mais as dificuldades do cientista social interessado em estudar os movimentos populares.

Durante duas décadas de governo autoritário, os cientistas sociais tenderam a concentrar-se em tópicos relacionados com os mecanismos de dominação na América Latina: o Estado, as classes dominantes, dependência e imperialismo, empresas multinacionais, natureza dos regimes autoritários. A maior parte dos estudos sobre as classes populares destaca mais a ausência dessas mesmas classes no processo político: têm sido vistas mais como objeto do que como sujeito do processo histórico.

Esta percepção sócio-científica reflete parte de uma realidade difícil: diante da repressão imposta pelos regimes autoritários burocráticos aos movimentos populares em toda a América Latina, as classes populares têm sido *aparentemente* silenciadas. Mas este silêncio é apenas parcial. Embora os movimentos mais politizados tenham sido reprimidos com êxito, as classes populares têm demonstrado capacidade de contínua criação de novos mecanismos de resistência, mecanismos esses que parecem muitas vezes posuir conteúdo político limitado e que podem mesmo parecer «alienados» a partes da Esquerda ortodoxa. No entanto, a realidade desses esforços de resistência é muito mais complexa. As vezes a aparente «alienação» exprime a única forma possível de resistência durante uma conjuntura política difícil, e, em casos excepcionais, tais como o relatado neste artigo, as classes populares entraram em confronto direto com estes regimes repressivos. Se de um lado a JOC acabou perdendo nesta confrontação, por outro, sua história serve para lembrar os esforços contínuos que as classes populares têm feito para resistir a diversos modos de dominação.⁶

5. É também importante assinalar que um número significativo de cientistas sociais brasileiros produziram alguns trabalhos importantes sobre o papel das classes populares no processo político. Sobre as classes populares na Igreja, veja-se Luiz Alberto Gómez de Souza, *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História* (Petrópolis, Vozes, 1982). No movimento rural, veja-se José de Souza Martins, *Os Camponeses e a Política no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1982). Sobre a luta dos favelados no Rio de Janeiro, vejam-se Licia Valladares, *Passa-se uma Casa* (Rio, Zahar, 1978) e Anthony e Elizabeth Leeds, *A Sociologia do Brasil Urbano* (Rio, Zahar, 1978). A principal obra sobre o movimento trabalhista é de Francisco Weffort, «Sindicatos e Política», tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1972, e o principal trabalho sobre movimentos de bairro é de José Alvaro Moisés, «Classes Populares e Protesto Urbano», tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1978. Para uma visão dos recentes movimentos em São Paulo, Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento* (Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980).

I. VISÃO POLÍTICA DA JOC E SEU RELACIONAMENTO COM A IGREJA INSTITUCIONAL

O desenvolvimento da JOC de 1947 a 1957

«Nesta primeira fase predominou mais no movimento a nota juvenil e educativa. Uma volta maior para o trabalhador. Preocupação com a educação do senso de responsabilidade, da vontade, da inteligência, vocação, sentido da família, de namoro, noivado, casamento, lazer, cultura, etc. Preocupação constante com o crescimento e engajamento na família. Houve inúmeros fatos de transformações de vida e de ambientes de família.

Foi um momento de muito triunfalismo. A primeira fase da JOC se caracterizou por muito triunfalismo, a preocupação de jovens de estender o movimento. A opção de dar profundidade ao movimento, de dar raízes, veio um pouco depois. No início a JOC estava muito ligada às paróquias, à Igreja no seu lado sacramental, nas suas celebrações.

Nessa época não havia uma JOC com muito conteúdo político. Havia um movimento de Igreja. O pessoal rezava, lia um texto do Evangelho e fazia uma reflexão. Discutia-se muito sobre os problemas pessoais e de família... Era um movimento mais de Igreja e mais recreativo também. A gente fazia uma assembléia festiva, programava passeios».⁶

A Juventude Operária Católica foi fundada em 1923 pelo Padre Joseph Cardijn, sacerdote belga, oriundo de família operária. Os primeiros grupos de JOC no Brasil foram criados em meados dos anos 30, mas foi somente a partir de 1947, ano em que a Ação Católica Brasileira (ACB) se reorganizou, que a JOC começou a se tornar um movimento importante.

A partir de 1947, alguns eventos que proporcionaram à JOC significativa publicidade lhe garantiram uma bem sucedida implementação. O Pe. Cardijn visitou o Brasil em 1948, quando o movimento foi oficialmente reorganizado e estruturado em base nacional, estabelecendo vínculos oficiais com a JOC internacional. As Semanas de Estudos Nacionais, em São Paulo em 1948 e no Rio em 1950, aliadas a continuados esforços de recrutamento, também ajudaram o movimento embrionário a tomar pé.

Durante todo este tempo, organizava a JOC campanhas nacionais que, além de suscitar publicidade, chamavam a atenção para questões religiosas e sociais. Dando embora ênfase primordial a questões religiosas, a JOC levou a efeito campanhas sobre saúde, moradia, menores trabalhadores, e outras questões sociais. Retiros, congressos e peregrinações tiveram papel importante na expansão do movimento. A viagem a Roma

6. «Evolução do Movimento», 1964, sobre o período 1948/57.

em 1957 para o Primeiro Conselho Mundial da JOC, com 183 participantes brasileiros, foi um marco importante. Característica também foi a peregrinação em massa, em 1953, para uma festa religiosa popular em Aparecida, com a participação de 15 mil jovens trabalhadores católicos, devido principalmente à intensa campanha da JOC.

Havia 8.500 membros ativos na JOC em 1956, número este significativo para uma organização que exigia de seus participantes um comprometimento autêntico.⁷ O movimento tinha também várias publicações regulares, sendo as mais significativas os jornais mensais *Construir* e *Juventude Trabalhadora*.

Durante esses primeiros anos a JOC era estruturada em base paroquial e tinha dificuldade de se desenvolver sem o apoio do pároco. Ainda nesta fase havia alguma tensão entre a estrutura paroquial e a JOC, aquela, auto-suficiente, e esta, cujas preocupações com o mundo em geral iam além dos interesses da paróquia. Na época essas tensões eram ainda de pouca importância principalmente porque a JOC participava ativamente da vida sacramental da paróquia.

Nesta primeira fase o movimento era clerical: em geral era o padre quem determinava os tipos de atividade a que a JOC deveria dedicar-se. No entanto, mesmo nessa época de liderança clerical, os participantes leigos desenvolviam papel significativo, e, no fim da primeira década, o movimento já se tinha tornado marcadamente menos clerical. Com o desenvolvimento da JOC, foi introduzido o sistema de 'permanentes' — pessoas que eram pagas durante um certo período para trabalharem em tempo integral. A JOC foi pouco a pouco tendo mais assistentes, padres que trabalhavam em tempo integral com o movimento, de preferência a trabalhar com a paróquia, ensinando desse modo maior autonomia em relação à estrutura paroquial.

Do ponto de vista institucional da Igreja, a JOC representava um esforço para desenvolver um trabalho pastoral mais eficaz junto à classe trabalhadora. À medida que continuava o processo de urbanização e industrialização no período de pós-guerra, tornando a indústria o centro dinâmico da economia brasileira, que seitas protestantes e afro-brasileiras começavam a erodir o monopólio religioso católico e que a freqüência às igrejas diminuía nas áreas urbanas⁸, as mentes mais lúcidas

7. Dados do «Relatório da Situação Atual da Juventude Trabalhadora e da JOC no Brasil», 1956.

8. Estas mudanças da sociedade brasileira e seus efeitos na Igreja estão bem apresentadas no clássico trabalho de Thomas Bruneau,

da Igreja tomavam consciência da necessidade de desenvolver práticas pastorais mais eficazes, especialmente junto à classe trabalhadora urbana.

Uma das principais expressões desta conscientização consistia na crença de que a classe trabalhadora era religiosamente deficiente e que a Igreja precisava implantar uma fé mais madura. Esta preocupação com as deficiências religiosas da classe trabalhadora vem claramente expressa em documentos da JOC.

«A maioria ignora o que seja o batismo: é simplesmente um ato que todos fazem porque sempre se fez... É comum o batismo tarde, com um, dois ou três anos... Quanto à frequência dos jovens trabalhadores à Missa, é pequena e não está em correspondência com os que se dizem católicos...

Grande ignorância religiosa... Grande influência do espiritismo. É bem forte a penetração do espiritismo, em consequência mesmo da ignorância religiosa...

O cinema, a imprensa e o rádio são também um grande perigo, afastando os jovens da Igreja, desenvolvendo o culto da sensualidade, da amoralidade».⁹

O documento talvez apresente uma visão conservadora não característica da JOC, porém retrata com precisão uma faceta da visão da Igreja. Retrata também a atitude predominante em relação à religiosidade popular e a visão elitista da Igreja em relação à classe trabalhadora.

Por esse prisma, a JOC era vista como um meio de «cristianizar» a classe operária, de implementar uma fé mais madura. Era muito difundido o ponto de vista de que «a necessidade de um movimento operário cristão e consciente é urgente... A Igreja confiou à JOC a missão de recristianizar todas as jovens trabalhadoras».¹⁰

Esta visão predominava não somente no Brasil mas também na Igreja internacional, encorajando assim esforços no sentido de cristianizar a classe operária. O Papa Pio XI já havia lamentado que o maior escândalo do século XIX tivesse sido a perda, pela Igreja, da classe operária, e tanto Pio XI como Pio XII viam a reconquista dessa classe como meta importante a atingir.

Na verdade, a JOC não representava o único esforço significativo para cristianizar a classe operária brasileira. Outro movimento, os Círculos Operários, precedeu a JOC de alguns

The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church (New York, Cambridge University Press, 1974).

9. «Situação da Juventude Trabalhadora», 1950.

10. «Conferência Nacional», 5 a 13 de maio de 1951.

anos, e tinha, até os anos 50, maior amplitude. Organizado nos primeiros anos da década de 30, o movimento expandiu-se rapidamente, tornando-se nacional em 1937. À semelhança da JOC, ele incorporava uma preocupação com a doutrina social da Igreja. Foi porém, desde o início, mais conservador e clerical que a JOC. Como nota um observador, «as atividades dos círculos limitavam-se em grande parte à caridade, à orientação religiosa e ao anticomunismo».¹¹ Não era, pois, de estranhar que, mesmo na época mais conservadora da JOC, ocorressem algumas tensões com os Círculos. Em 1952, por exemplo, a JOC rejeitou uma proposta de realização de um congresso juntamente com os Círculos, sob o fundamento de que estes não eram dirigidos pelos trabalhadores e que o clero tinha poder de veto. Essas tensões se multiplicariam com o tempo na medida em que a JOC se tornava cada vez mais progressista e os Círculos permaneciam algum tanto conservadores.

Mas até meados dos anos 50 a JOC apresentava ainda fortes tonalidades triunfalistas. Sua missão era «conquistar e converter jovens trabalhadores».¹² A este conceito aliava-se um forte interesse pela expansão numérica do movimento.

Especialmente até cerca de 1950 a JOC tinha uma concepção de fé relativamente tradicional e individualista. Um assistente definiu a meta da JOC como sendo «a glória de Deus e a salvação das almas».¹³ Havia pouca percepção de que a salvação implica em luta por uma sociedade mais justa na terra. Embora não esquecendo os problemas sociais, a JOC geralmente propunha para esses problemas soluções religiosas. «A doutrina cristã é trazida como resposta aos numerosos problemas na verdade da vida».¹⁴ A ação política e social era secundária e habitualmente vista de maneira moralista.

Durante este período a visão mundial da JOC era mais fortemente marcada por seu caráter de movimento de Igreja e de juventude do que por seu caráter de classe operária. Era estreitamente ligada à vida sacramental da Igreja e às celebrações. Dedicava também tempo considerável à discussão de questões concernentes à família — relacionamento com os pais, encontros, casamento, paternidade. Problemas pessoais, como obter emprego, tensões familiares, perspectivas de carreira eram

11. Howard Wiarda, *The Catholic Labor Movement*, in John Resenbaum e William Tyler, *Contemporary Brazil: Issues in Economic and Political Development* (New York, Praeger, 1972), 326.

12. «Situação da Juventude Trabalhadora», 1950.

13. Pe. François Rioux, «A Técnica Jocista e o Assistente», Primeira Semana Nacional de Assistentes, Rio, 19-24 de janeiro, 1948.

14. *Ibid.*

longamente discutidos. A JOC também se empenhava diligentemente na organização de atividades recreativas, que iam desde piqueniques e danças até assembléias e pequenas excursões.

Não obstante o fato de a JOC orientar-se mais para questões religiosas, pessoais e recreativas do que para temas políticos e sociais, sempre teve certo interesse por estes últimos. A diferença entre a JOC de 1950 e a JOC de 1970 não consistia em que fosse aquela orientada para questões religiosas e esta para as políticas. Isto seria simplificar a realidade a ponto de distorcê-la. Nos seus primeiros anos já manifestava a JOC algum envolvimento político, e durante o período de envolvimento político mais radical, a visão da JOC inspirava-se ainda na concepção que tinha de sua missão religiosa.

Desde o início, a JOC definiu que, «contrariamente a certas associações que se dedicam a atividades puramente religiosas, a JOC tem um papel a desempenhar no domínio social».¹⁵ A pedagogia da JOC — «*Ver, Julgar, Agir*» — sempre expressou uma preocupação com a realidade social. O método pedagógico consistia em partir de fatos concretos da vida dos jocistas, analisar estes fatos e agir a partir da análise. O tipo de análise e de ação era limitado até os últimos anos 50, mas o método sempre se prestou ao envolvimento em questões sociais.

Desde 1950 o movimento manifestava interesse periférico pela luta da classe trabalhadora. Como se lê num documento da época: «A JOC sempre se interessou pela luta sindical. Através dos círculos de estudos, do jornal, tem insistido para que os jovens trabalhadores, a começar pelos próprios jocistas, entrem para os sindicatos».¹⁶ A JOC publicou em 1954 uma análise de 18 páginas sobre a «Problemática da Classe operária» e uma análise de 41 páginas sobre a «Situação dos Jovens Trabalhadores no Nordeste do Brasil». Ambos os documentos discutiam salários baixos, exploração do trabalho do menor, desemprego e problemas de habitação, já indicando alguma consciência da necessidade de se encontrarem soluções políticas de preferência a morais. Em 1956, outro valioso documento apontava a importância de estimular a participação em movimentos populares como meio de responder aos sérios problemas materiais enfrentados pela maior parte dos jovens trabalhadores.

15. *Ibid.*

16. «Situação da Juventude Trabalhadora», 1950.

«A Igreja tem uma doutrina e uma inspiração que, realizada, seria capaz de dar uma resposta adequada aos problemas de vida da classe trabalhadora. Mas acontece que, na prática, os militantes operários católicos ou simpatizantes são encorajados nas suas iniciativas... A JOC forma os jovens trabalhadores para serem, além de bons pais e mães de família, também líderes autênticos das organizações operárias.»¹⁷

Mas havia limites para a participação e visão política da JOC. Durante a sua primeira década, tornou-se cada vez maior o interesse da JOC em *discutir* problemas como segurança na fábrica, horas de trabalho, tempo suficiente para comer, e salários, mas eram poucos os jocistas que participavam do movimento das classes trabalhadoras. Os líderes eram já bastante politizados mas o movimento como um todo o era muito menos, sendo também marcadamente anticomunista. Suas publicações criticavam freqüentemente «os agitadores comunistas» e insistiam no ponto de que um bom católico não devia votar num comunista.

O caráter reformista do movimento se evidenciava também claramente em suas atitudes diante do sistema de classes. As publicações da JOC enfatizavam a importância de ser um bom trabalhador e obedecer ao empregador. Em contraste com posteriores gerações jocistas, os pioneiros da JOC acreditavam na harmonia de interesses entre empregadores e empregados.

1958/1961: Os condicionamentos

No fim da década de 1950, começou a JOC a envolver-se cada vez mais em assuntos políticos, dando início ao que se tornaria notadamente uma rápida e profunda transformação de um dos grupos leigos mais importantes da Igreja brasileira.

Como explicar esta transformação? Mostrei na Introdução que a visão política da JOC tem sido submetida a duas influências predominantes, a saber, a visão da Igreja e a situação política da sociedade em geral.

Durante o primeiro período de existência da JOC, a Igreja Católica do Brasil era ainda uma instituição relativamente conservadora. A Igreja via a secularização e a urbanização como prejudiciais ao sentimento religioso e à moralidade; preocupava-se com a ameaça representada pela expansão de seitas protestantes e afro-brasileiras, e bem assim com a esquerda. Sua

17. «Relatório da Situação Atual da Juventude Trabalhadora e da JOC no Brasil», 1956.

orientação primordial era no sentido de uma cautelosa modernização para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais secularizada.¹⁸ Tentava ao mesmo tempo cristianizar a sociedade, isto é, aprofundar sua influência no Estado, no sistema educacional, nos meios de comunicação e nas classes dominantes e populares.

Embora de modo geral conservadora, a Igreja apresentou sinais de mudança a partir dos anos 50. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi criada em 1952 e manteve-se sob a liderança progressista de Dom Hélder Câmara até 1964, promovendo entendimentos mais progressistas da missão da Igreja. Ao longo da década, realizaram-se diversas tentativas importantes da Igreja para promover a justiça social, dirigidas pelos bispos do Nordeste do Brasil, alguns dos quais faziam declarações sobre a necessidade da reforma agrária. No Rio Grande do Norte, o «Movimento de Natal» iniciou uma importante experiência de educação popular. Os bispos do Nordeste realizaram os primeiros encontros regionais de bispos em Campina Grande (1956) e em Natal (1959), ambos sublinhando que a Igreja precisava trabalhar pela justiça social. Setores do clero no Rio e em São Paulo se envolviam cada vez mais no trabalho com as classes populares.¹⁹

O apoio da Igreja à JOC representava parte do esforço geral de modernização cautelosa. A JOC era uma expressão dos esforços da Igreja no sentido de implantar uma presença católica mais profunda na classe operária e era também uma expressão dos esforços reformistas dos padres progressistas no sentido de promover mudanças sociais. Durante todo o período de 1948/1957, as posições da JOC refletiram de perto as do grupo progressista dentro da hierarquia brasileira. Embora interessadas em questões sociais, as declarações do clero progressista sobre política eram profundamente reformistas, convictas da harmonia fundamental entre o capital e o trabalho e avessas à luta de classes como meio de construir uma sociedade mais justa.

18. Sobre este ponto, veja-se novamente Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*.

19. O trabalho mais importante sobre o Movimento de Natal é de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, *Igreja e Desenvolvimento* (São Paulo, CEBRAP, 1971). Uma coleção valiosa de documentos da Igreja sobre a questão da terra é *Pastoral da Terra* (São Paulo, Loyola, 1977). Uma das interessantes experiências progressistas de pastoral de base realizou-se nas favelas do Rio, através da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião. Estas experiências são apresentadas nos trabalhos de Luciano Parisse, *Favelas do Rio de Janeiro* (Rio, Cadernos do Cenpha 5, 1969) e Victor Valla et al., *Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1880/1980* (Rio, IESAE, 1981), 65-100.

Tanto a situação política da sociedade como a Igreja mudaram marcadamente entre 1958 e 1964, mudanças essas que iriam influir no desenvolvimento da JOC durante este período.

A partir dos últimos anos da década de 50, sofreu a sociedade brasileira um rápido processo de politização. O movimento trabalhista começou a adquirir um novo dinamismo, os camponeses se mobilizaram no Nordeste, e formaram-se associações de bairro em muitas das cidades maiores. A grandiosidade dos planos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek causou grande impacto, tornando-se fonte de controvérsias mais tarde, quando começaram as dificuldades da economia. A incipiente crise política tornou-se manifesta por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, provocando a aceleração da politização.

Os conflitos da sociedade em geral não afetam necessariamente o modo pelo qual um grupo religioso define sua missão. Os mesmos conflitos sociais que ajudaram a produzir a radicalização da JOC não tiveram o mesmo efeito na maior parte dos Pentecostais da classe operária que se mantiveram conservadores. No entanto, nos últimos anos do período populista, a JOC já começara a abrir-se para os problemas sociais e políticos, acreditando que sua missão religiosa requeria alguma atenção para essas questões. Esta relativa abertura para as questões políticas significava que seria necessariamente afetada pelos conflitos da sociedade em geral. Na medida em que a sociedade se tornava mais politizada, assim também a JOC. Essa politização levou a JOC a identificar-se cada vez mais com a luta da classe operária e a começar a participar mais ativamente da política.

Essa tendência era reforçada pelas mudanças dentro da Igreja, que se tornou mais dividida do que nunca; o grupo progressista, porém, manteve sua hegemonia na CNBB, e o novo Papa, João XXIII, apoiou essa linha. A situação ajudou a estimular novas experiências pastorais nas classes populares, dando apoio ao tipo de visão que surgia da JOC.

Mais importante ainda, uma experiência completamente nova ocorrera na Igreja do Brasil: nascera uma Esquerda Católica²⁰,

20. Para uma breve porém excelente visão geral da Esquerda Católica, veja-se Luiz Gonzaga de Souza Lima, *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1979), 30-51. Outra boa visão geral é a de Thomas Sanders, *Catholicism and Development: The Catholic Left in Brazil*, in Kalman Silvert (ed.), *Churches and States: The Religious Institution and Modernization* (New York, American Universities Field Staff, 1967), 81-89. Sobre JUC, veja-se o importante livro de Luiz Alberto Gómez de Souza, *JUC: Os Estudantes Católicos e a Política* (Rio, Civilização Brasileira, 1982). Ver

surgida principalmente da Juventude Universitária Católica, um dos outros ramos da Ação Católica Brasileira. No princípio de 1959, a JUC iniciava um rápido processo de radicalização política; em 1961, já havia entrado em sérios conflitos com a hierarquia e tinha marcado presença importante na política nacional.

Em 1961, a hierarquia, com apoio do Estado, criou o Movimento de Educação de Base (MEB), movimento popular que pretendia ajudar a educar e conscientizar as camadas populares. Embora instituído pelos bispos, era o MEB efetivamente controlado pela Esquerda Católica até 1964, com os participantes da JUC desempenhando um papel-chave. Dentro da Igreja o MEB representava um novo caminho de trabalho com as classes populares.

A Esquerda Católica exerceu profunda influência na Igreja brasileira ao ajudar a criar uma nova visão de fé, de uma fé ligada a um comprometimento com mudanças sociais. Muitas das concepções que se tornaram mais tarde sistematizadas na teologia da libertação foram pela primeira vez praticadas e elaboradas pela Esquerda Católica. Das fileiras de movimentos como JUC e MEB, surgiram muitos dos líderes leigos que, duas décadas mais tarde, continuam a manter posições-chave de liderança na Igreja.

Além disso, esses movimentos exerceram profunda influência sobre os padres e bispos que com eles trabalhavam. Muitos dos bispos e padres mais notáveis da Igreja popular (Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom José Maria Pires, Dom José Távora e muitos outros) atribuem à Ação Católica Brasileira um papel-chave no desenvolvimento de sua própria visão e prática pastoral.

O impacto da Esquerda Católica sobre a JOC foi forte, não somente porque os outros movimentos criaram um novo modo de entender a missão da Igreja, mas também porque a JOC teve algumas interações com outros movimentos da ACB, sobretudo na cúpula. Os militantes da JUC tinham encontros frequentes com os líderes da JOC, encorajando-os a uma visão mais progressista da fé. Em algumas ocasiões, os militantes da JUC davam cursos aos jocistas para ajudá-los a desenvolver

também José Oscar Beozzo, «Les Mouvements des Universitaires Catholiques au Brésil», Memória de licenciatura, Universidade Católica de Louvain. O trabalho mais extenso sobre o Movimento de Educação de Base é de Emmanuel de Kadt, *Catholic Radicals in Brazil* (New York, Oxford University Press, 1970). Há uma introdução mais curta, de José Pereira Peixoto, Movimento de Educação de Base: Alguns Dados Históricos, em *Proposta* 3 (dezembro de 1976).

um conhecimento mais profundo da realidade brasileira. O MEB ajudou a estimular a reflexão sobre práticas pedagógicas e houve também certo intercâmbio direto entre MEB e JOC. O impacto de JUC e MEB na JOC teria sido maior entre 1962 e 1964, mas começou a fazer-se sentir no fim do período ora em exame.

O desenvolvimento da JOC de 1958 a 1961

«A JOC parte para toda uma outra busca de retomar sua origem, de dar força ao seu caráter operário. Numa primeira etapa trabalhava muito em cima do caráter de juventude. Numa segunda etapa ela trabalhou muito em cima do caráter operário. Ela começou a procurar seu conteúdo, a sentir as lutas dos operários. Já começou a falar em Associações. Ela começou a abrir. Ela já não ficou muito para dentro mas foi abrindo».

Durante o período de 1958 a 1961, a JOC continuou a preocupar-se com a expansão e a estrutura do movimento, que procurou coordenar mais eficazmente sua própria atuação e fortalecer a coordenação nacional. Através de publicações, de contatos mais freqüentes entre líderes de diferentes regiões geográficas, a JOC se organizou melhor, tornando mais expressiva sua liderança a nível nacional. Dava-se mais atenção ao preparo dos líderes leigos. No fim do período, o jornal mensal da JOC tinha uma tiragem de 40 mil exemplares e o movimento possuía 25.943 membros.²¹ A JOC do Brasil tornara-se uma das mais ativas do mundo e um dos mais importantes movimentos leigos na Igreja do Brasil.

Durante esse período o movimento tornou-se menos triunfalista, mais orientado para as questões da classe operária, mais progressista politicamente, e começou a se tornar um dos grupos mais avançados dentro da Igreja.

Nos últimos anos da década de 50, os documentos da JOC começaram a examinar pormenorizadamente as condições materiais e políticas da vida da classe operária.

Por ocasião da Semana Nacional dos Assistentes (fevereiro de 1959), os assistentes da JOC concluíram que

«A juventude trabalhadora do Brasil, imersa num mundo de problemas, 'vive' em condições infra-humanas... A preocupação com tais problemas deve ser parte integrante do nosso ministério sacerdotal, de nossa vida de sacerdote, de nossa missa diária, de nossa oração e inquietação permanente».

Na medida em que a classe trabalhadora, através de todo o Brasil, tornava sua presença mais palpável, começava a JOC

21. Dados do *O São Paulo*, 13-19 de março de 1981.

a prestar mais atenção às questões-chave discutidas no momento trabalhista. Um documento de 1958 declarava:

«A JOC vem vivendo o problema do desemprego... Outros problemas vêm surgindo, especialmente o da sonegação do salário mínimo e da exploração do menor. Diante disso, a JOC não pode ficar alheia, sem se preocupar».²²

O movimento começou a empregar mais tempo para tratar de treinamento profissional, condições de trabalho, sindicatos e associações. A princípio, preocupava-se a JOC em salvar a classe trabalhadora num sentido moralista; agora demonstra mais interesse pelas questões materiais da vida da classe operária. Um documento que trata dos principais problemas da juventude operária é típico. Aqueles problemas não mais eram vistos no sentido estreito, mas antes como questões políticas e econômicas.

«A situação da juventude trabalhadora é de insegurança. O desemprego, a falta de competência profissional, a sonegação do salário mínimo e o problema do salário de um modo geral, o transporte sobretudo nas cidades mais industriais, o problema da falta de habitação e habitação deficiente, a falta de preparação para o casamento, o analfabetismo são os problemas principais da juventude trabalhadora do Brasil».²³

O ano de 1961 foi um momento decisivo, assinalado por três importantes assembléias no Rio de Janeiro: o II Congresso Mundial da JOC, o I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores e o Congresso de Jovens Empregadas Domésticas, organizado pela JOC, acrescentando ainda o lançamento da «campanha de consciência operária», com dois objetivos:

«O primeiro foi despertar o meio operário, e particularmente a juventude, para a gravidade dos problemas em que vivem: salários insuficientes, sonegação do salário mínimo, desemprego, exploração no trabalho. O segundo objetivo foi despertar os trabalhadores para a vida das associações de sua classe: sindicatos, cooperativas, clubes de bairro, etc.».²⁴

Essa foi a época de abertura em relação à classe operária como um todo, de preferência ao enfoque sobre os jovens trabalhadores católicos. Conforme um documento, havia «um despertar dos jovens trabalhadores para a valorização de sua condição de operário, de pobre, da grandeza do seu trabalho.

22. «Carta do Presidente Nacional», 2 de março de 1958.

23. «Questionário Preparatório ao Informe Geral de Atividades da JOC», 1963.

24. Sem título, 1961.

de seu grupo social e a responsabilidade que lhes cabe em face dos outros grupos sociais».²²

As conclusões do I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores (Rio, novembro de 1961) são particularmente reveladoras das posições políticas da JOC na época. O documento contém fortes traços do otimismo político que marcava os grupos mais progressistas dentro do pacto populista, especificamente que as «reformas de base» resolveriam os maiores problemas do País. Pela primeira vez começou a JOC a ter algumas perspectivas críticas sobre o capitalismo. «O capitalismo, nas suas conseqüências e pela falta de respeito ao homem, é um mal tão condenável quanto o comunismo». Também pela primeira vez, apareceram críticas severas ao modelo de desenvolvimento do Brasil. O Congresso manifestou a percepção de que o desenvolvimento não resolveria necessariamente os problemas das classes populares. «A corrida desenvolvimentista não significa necessariamente a promoção do meio operário, muito pelo contrário, no Brasil tem feito mais pobres os pobres, e os ricos mais ricos». A certeza de que o desenvolvimento beneficiaria todas as classes sociais estava sendo questionada.

O Congresso enfatizou também a importância da participação na luta da classe operária, considerando esta participação como um degrau essencial para melhorar a sorte da classe trabalhadora. Nessa época, começaram os jocistas a desempenhar um papel importante em movimentos populares.

As mudanças ocorridas na JOC durante esses anos foram significativas e rápidas, mas não devemos exagerar o quanto a JOC havia mudado em 1961. Quanto à visão política, a JOC estava ainda muito à direita da JUC e do MEB, expressando ainda um otimismo fundamental quanto ao sistema populista. O documento do I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, por exemplo, o mais progressista documento de peso da JOC da época, cabe ainda na perspectiva progressista do desenvolvimentismo nacionalista: exige desenvolvimento estatal, critica severamente as empresas multinacionais e propõe o controle do capital estrangeiro, tendo ainda fortes tônicas nacionalistas. Acredita que as reformas necessárias podem ser levadas a cabo no sistema capitalista e, mais especificamente, fazendo o processo desenvolvimentista ser dirigido por melhores políticos. Este pensamento é expresso na declaração do Congresso: «Exigimos que os políticos pensem seriamente em tornar acessíveis ao

22. II Conselho Mundial da JOC, Rio, novembro de 1961.

povo as coisas de primeira necessidade, como o alimento, o vestuário, o remédio e o calçado, etc.».

A crença de que o Estado e as classes dominantes podem resolver a situação das classes trabalhadoras aparece com mais força em outros documentos. A Segunda Semana Nacional dos Assistentes (fevereiro de 1959) exige «a colaboração inteligente e desinteressada de todas as classes». O Inquérito Anual de 1960/1961 exprime sua crença na harmonia das classes: «A classe operária quer, juntamente com as outras classes, participar do progresso humano».

Diversas entrevistas ajudaram também a identificar os limites da consciência política da JOC durante este período.

«Nessa época nossa consciência política era esta: constatar a situação, denunciar e esperar que as autoridades competentes resolvessem... Exigia-se que o Governo fizesse as mudanças. Acreditava-se que, mudando as pessoas, colocando cristãos conscientes nos postos-chave, seria suficiente. Não se entendia que era um problema estrutural. Não se questionavam as estruturas.

Era um movimento que ainda se relacionava muito com patrões, com Governo, com autoridades, mesmo mantendo uma linha de provocação, um certo profetismo».

Ao mesmo tempo em que se abria para as questões da classe trabalhadora e começava a enfatizar a importância de participação nos sindicatos e associações de bairro, a JOC permaneceu fortemente marcada por seu caráter religioso. Não só era a sua interpretação da realidade social marcada pela sua visão de fé, como também continuou profundamente envolvida na vida sacramental da Igreja. Alguns textos eram repassados de certo moralismo religioso.

«O ambiente depravado, cético e descrente dos locais de trabalho, fermentado pelas conversas, maus exemplos, escândalos, pornografia, obsessão do sexo, solicitações, revoltas, injustiças, ódio e intrigas, corrompe a juventude trabalhadora».²⁶

Embora a JOC estivesse ainda estreitamente ligada à paróquia e longe de radicalizar-se, começaram a aparecer os primeiros sinais de tensão entre a JOC e a Igreja institucional. Essas tensões, embora não tão agudas como no caso da JUC, eram no entanto palpáveis. As relações entre a JOC e a hierarquia variavam muito, de acordo com a diocese. Dependendo do seu ponto de vista, o bispo podia apoiar ou opor-se ativamente à JOC. Mas já naquela época as práticas da JOC e sua visão de fé eram mais avançadas que a posição média dentro da Igreja.

26. «Segunda Semana Nacional dos Assistentes», fevereiro de 1959.

«Nessa época a JOC era o que de mais avançado existia dentro da Igreja. Muitas vezes a gente não era aceito porque os bispos não entendiam nossa maneira de agir.

O Congresso Nacional foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos, o que foi muito combatido por alguns bispos. Como é que a JOC vai realizar um Congresso dentro de um sindicato? Isso já era sentido como uma coisa avançada demais. A JOC sempre estava lançando coisas muito avançadas para o conjunto da Igreja».

E as conclusões do I Congresso Nacional do Trabalhador Jovem declaravam: «Uma grande parte do clero ignora completamente os problemas e as aspirações da classe operária, voltando-se mais para as outras classes sociais. A pastoral da Igreja é quase que totalmente fora da realidade da vida operária».

Enquanto os jocistas raramente criticavam a Igreja, já nos primeiros anos da década de 60 os assistentes da JOC tornavam-se mais críticos da instituição, e se transformaram num dos grupos mais importantes a impulsionar mudanças dentro da Igreja. Os assistentes começaram a dar-se conta de que a Igreja tinha se tornado omissa em relação à classe operária. O problema não consistia simplesmente no fato de que a classe operária, seduzida pelas atrações do mundo secularizado, tinha deixado a Igreja: era mais profundo. Num documento presciente (1961), um grupo de assistentes da JOC concluía que a classe trabalhadora deixara a Igreja porque esta não entendera a classe operária, porque o trabalhador vivia em condições subumanas que não permitiam uma forte vida religiosa, porque o trabalhador identificava a Igreja como força opressora, e por causa da falta de católicos na luta dos trabalhadores. O documento concluía:

«Da parte da Igreja houve pecados de omissão: a ausência da Igreja nos problemas e assuntos operários. O operariado desconhece totalmente que a Igreja tem uma doutrina social capaz de dar uma resposta aos seus problemas».²⁷

1962/1964: Os condicionamentos

«De 60, 61, até 64, discutiam-se todas as reformas de base. Então a JOC, sendo um movimento de trabalhadores, não ficou intocável. O movimento estava inserido no conjunto do que se passava no Brasil».

Durante os últimos anos 50 e os primeiros 60, o envolvimento mais profundo da JOC nas questões políticas da sociedade

27. «Encontro da Pastoral Operária», 9 a 12 de janeiro de 1961.

brasileira significava que sua visão seria mais fortemente marcada por este debate. Se, durante os primeiros anos 50, a JOC refletia principalmente sua filiação à Igreja, já nos anos antes do golpe refletiu mais fortemente seu caráter de classe operária.

A intensidade do debate político na sociedade aumentou durante o período de 1962 a 1964, acelerando a rápida politização da sociedade. Na medida em que as tensões e o calor das discussões políticas aumentavam, mais nelas se envolvia a JOC.

A crise política tornou-se patente com a renúncia de Jânio Quadros e as tensões em torno da posse de João Goulart na Presidência em 1961. Este evento inflamou um ambiente já exaltado dando-lhe intensidade que durou até 1º de abril de 1964, quando o golpe fez calar muitas vozes.

Durante os últimos anos populistas, os movimentos populares adquiriram um vigor nunca antes atingido. Em Pernambuco, as Ligas Camponesas e os sindicatos organizaram dezenas de milhares de camponeses, associações de moradores surgiram nas áreas urbanas mais importantes, e o movimento trabalhista firmou presença com mais força do que nunca.²⁸

O dinamismo dos movimentos populares teve grande influência no desenvolvimento da JOC e, através de seu contato com ele, formou a JOC sua visão política. O otimismo da JOC em relação às «reformas de base» era o mesmo expresso por outros grupos situados à esquerda do projeto do Nacionalismo Desenvolvimentista.

Naquela época surgiu também um certo número de novas experiências sobre educação popular progressista. Quer fossem

28. Um excelente estudo do movimento camponês é o de José de Souza Martins, *Os Camponeses e a Política no Brasil*, 21-102. Mais especificamente sobre o movimento de Pernambuco nos anos pré-golpe, Cynthia Hewitt, Brazil: The Peasant Movement of Pernambuco, 1961/1964, in Henry Landsberger (ed.), *Latin American Peasant Movements* (Ithaca, Cornell University Press, 1969), 374-398. Sobre os movimentos sociais urbanos, veja-se José Alvaro Moisés, «Classes Populares e Protesto Urbano». Parte da tese de Moisés vem publicada como artigo: Experiência de Mobilização Popular em São Paulo, em *Contraponto* III, n. 3 (1978), 69-86.

Especialmente no caso do movimento trabalhista seria um erro esquecer que houve períodos importantes de mobilização nos anos pré-64, sobretudo nos períodos 1945/47 e 1953/54. No entanto, minha afirmação de que os anos 1962/64 foram marcados por excepcional mobilização e politização permanece verdadeira. A melhor visão do movimento trabalhista no período 1945/64 é a de Weffort, «Sindicatos e Política». Sobre o período 1945/47, ver Ricardo Maranhão, *Sindicatos e Democratização* (São Paulo, Brasiliense, 1979). Sobre o período 1953/54, veja-se José Alvaro Moisés, *Greve de Massa e Crise Política* (São Paulo, Pólis, 1978).

criadas pelo Estado, por estudantes universitários ou pela Igreja, essas experiências geravam novas reflexões sobre o papel das classes populares na sociedade. Todos esses movimentos tentavam valorizar a cultura popular e encarar o povo como merecedor de dignidade humana, e representavam uma clara rejeição das tendências elitistas predominantes na sociedade.²⁹

A mais importante expressão teórica sistematizada desses movimentos foi obra de Paulo Freire. Seu argumento era que para realmente ensinar o povo é necessário entender e respeitar o mundo do povo. O agente externo deve, até certo ponto, situar-se dentro do mundo do povo. De acordo com esta concepção, a educação é mais do que mera transmissão de conhecimento; ela envolve um intercâmbio entre o agente externo e o povo.

Dentro da Igreja, era o MEB a experiência mais importante a tentar repensar o papel das classes populares e introduzir novas práticas pedagógicas. O MEB ajudou — e não só ele, mas também outros movimentos — a criar uma atmosfera de questionamento que indiretamente influenciou as experiências inovadoras de pastoral popular.

Estas experiências de educação popular marcaram as mais progressistas inovações pastorais nas classes populares, inclusive a JOC. Não é essencial que um movimento de Igreja tenha relacionamento orgânico (interação direta) com outros grupos sociais ou movimentos, para que estes últimos exerçam influência. A ideologia funciona de modo muito mais complexo. Na medida em que a sociedade muda, na medida em que surgem novos conflitos sociais, na medida em que o Estado reage, de diferentes maneiras, a estes conflitos, novas ideologias aparecem; e estas novas ideologias, estas novas percepções da ordem social encontrarão ressonância maior em alguns meios do que em outros, dependendo da receptividade do movimento em relação a certas idéias. No caso concreto aqui considerado, os movi-

29. Existe literatura abundante sobre esses movimentos. Uma excelente visão é a oferecida por Carlos Rodrigues Brandão, *Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação*, em *Proposta Suplemento 1* (setembro de 1977). Outra importante visão oferece-nos Vanilda Paiva em seu trabalho *Educação Popular e Educação de Adultos* (Rio de Janeiro, IBRADES, 1972). Sobre o método de Paulo Freire, seus próprios trabalhos devem ser consultados, especialmente *Educação como Prática da Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*. Um trabalho crítico que coloca os escritos de Paulo Freire e o movimento numa perspectiva histórica é o de Vanilda Paiva, *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista* (Rio, Civilização Brasileira, 1980). Sobre MEB, o trabalho mais importante é de Emmanuel de Kadt, *Catholic Radicals in Brazil*.

mentos de educação popular geraram um debate que influenciou o pensamento dos agentes pastorais progressistas.

No entanto, havia também um relacionamento orgânico entre a JOC e esses movimentos de educação popular. Havia certa interação direta entre a JOC e outras experiências da Igreja e movimentos não de Igreja. Alguns líderes de JOC, por exemplo, fizeram cursos do Método Paulo Freire. Daí não ser surpresa que os documentos da JOC começassem a reproduzir algumas das preocupações pedagógicas e políticas características dessas outras experiências.

A conjuntura na Igreja também favorecia um crescente e mais progressista envolvimento político da JOC. Não que a Igreja no seu todo tivesse feito uma opção decisiva pelas classes populares; pelo contrário, a maior parte da instituição permanecia aliada ao Estado e às classes dominantes. Mas o Concílio Vaticano II começara a exigir uma compreensão mais progressista da fé, e um número cada vez maior de pessoas da Igreja do Brasil fazia opções pastorais progressistas. A hierarquia, embora muito dividida, produzia seus documentos mais progressistas. Em 1962, a CNBB, ainda sob a liderança de Dom Hélder Câmara, criticava os «desequilíbrios sociais» provocados pelo «egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico». ³⁰ Em 1963 os bispos publicaram um documento que apoiava a desapropriação de terras para realizar a reforma agrária. O documento insistia na importância de haver uma acessibilidade generalizada à propriedade da terra. ³¹ As inovações progressistas no trabalho com as classes populares começaram a se multiplicar.

A Esquerda Católica continuou a aprofundar seus engajamentos políticos. Em 1962 surgiu outro grupo — a Ação Popular — que, embora não denominacional e sem laços formais com a Igreja, foi criado por católicos que queriam aprofundar seus engajamentos políticos. A Ação Popular tornou-se rapidamente um dos mais importantes grupos de Esquerda no Brasil. ³² Dentro da Igreja, continuavam JOC e MEB a exercer forte influência, tendo criado um novo modelo para a significação da fé.

Embora, como regra geral, mantivesse a JOC certa distância do MEB e da Ação Popular, teve também, em casos isolados,

30. Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 22 (junho de 1962), 488.

31. *Pastoral da Terra*, 128-129.

32. Tem havido uma tendência generalizada de atenuar a importância da Esquerda Católica durante os últimos anos do governo populista. Um estudo que torna evidente esta importância é de Márcio Moreira Alves, *O Cristo do Povo* (Rio, Sabiá, 1968).

mentos de educação popular geraram um debate que influenciou o pensamento dos agentes pastorais progressistas.

No entanto, havia também um relacionamento orgânico entre a JOC e esses movimentos de educação popular. Havia certa interação direta entre a JOC e outras experiências da Igreja e movimentos não de Igreja. Alguns líderes de JOC, por exemplo, fizeram cursos do Método Paulo Freire. Daí não ser surpresa que os documentos da JOC começassem a reproduzir algumas das preocupações pedagógicas e políticas características dessas outras experiências.

A conjuntura na Igreja também favorecia um crescente e mais progressista envolvimento político da JOC. Não que a Igreja no seu todo tivesse feito uma opção decisiva pelas classes populares; pelo contrário, a maior parte da instituição permanecia aliada ao Estado e às classes dominantes. Mas o Concílio Vaticano II começara a exigir uma compreensão mais progressista da fé, e um número cada vez maior de pessoas da Igreja do Brasil fazia opções pastorais progressistas. A hierarquia, embora muito dividida, produzia seus documentos mais progressistas. Em 1962, a CNBB, ainda sob a liderança de Dom Hélder Câmara, criticava os «desequilíbrios sociais» provocados pelo «egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico». ³⁰ Em 1963 os bispos publicaram um documento que apoiava a desapropriação de terras para realizar a reforma agrária. O documento insistia na importância de haver uma acessibilidade generalizada à propriedade da terra. ³¹ As inovações progressistas no trabalho com as classes populares começaram a se multiplicar.

A Esquerda Católica continuou a aprofundar seus engajamentos políticos. Em 1962 surgiu outro grupo — a Ação Popular — que, embora não denominacional e sem laços formais com a Igreja, foi criado por católicos que queriam aprofundar seus engajamentos políticos. A Ação Popular tornou-se rapidamente um dos mais importantes grupos de Esquerda no Brasil. ³² Dentro da Igreja, continuavam JOC e MEB a exercer forte influência, tendo criado um novo modelo para a significação da fé.

Embora, como regra geral, mantivesse a JOC certa distância do MEB e da Ação Popular, teve também, em casos isolados,

30. Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 22 (junho de 1962), 488.

31. *Pastoral da Terra*, 128-129.

32. Tem havido uma tendência generalizada de atenuar a importância da Esquerda Católica durante os últimos anos do governo populista. Um estudo que torna evidente esta importância é de Márcio Moreira Alves, *O Cristo do Povo* (Rio, Sabiá, 1968).

um papel no desenvolvimento daqueles movimentos. O único candidato eleito da AP para cargo público foi um jocista de Minas Gerais. A limitada participação da JOC na AP deu a esta uma base operária que de outro modo lhe teria faltado.

O desenvolvimento da JOC de 1962 a 1964

O período 1962/1964 assinalou um ponto decisivo na história da JOC. A JOC começou o período já em transição, caminhando para um crescente envolvimento político, afastando-se de uma concepção mais sacramental de fé. Já se inclinava mais para um envolvimento nos problemas das classes trabalhadoras do que em questões pessoais como namoro e casamento, e já tinha chegado a uma forte consciência política e a um começo de participação em movimentos populares.

Estas opções foram consolidadas durante o período de 1962 a 1964, tendo sido decisivo o Conselho de 1963. Depois do golpe de 1964, essas opções seriam ratificadas e ulteriormente aprofundadas.

A politização e polarização que ocorreram na sociedade e dentro da Igreja não pouparam a JOC. Tal como aconteceu antes com a JUC, e mais tarde com a instituição toda, viu-se a JOC diante de diferentes concepções daquilo que deveria ser sua missão. No apogeu de sua jovem história, com mais participantes do que jamais tivera, o movimento começou a sofrer sérias divisões internas, culminando numa nitida cisão no Conselho Nacional de 1963. O próprio tema, «Condições de Trabalho e Salário», indicava de saída as preocupações da JOC com os problemas sociais. A equipe nacional representava uma linha politicamente progressista, característica dos grupos mais avançados do projeto populista. No entanto, começavam a aparecer na JOC posições que iam mais longe. A cisão se estabeleceu sobre o tema de até onde deveria ir o engajamento político da JOC. As equipes de São Paulo e Recife propugnavam posições mais radicais, mais críticas do capitalismo, de visão mais estrutural, incluindo a aceitação da luta de classes. Outras, incluindo o Assistente Nacional, sentiam que a Igreja deveria trabalhar dentro de um sistema capitalista reformado. A primeira posição foi vencedora, forçando a equipe nacional e o assistente a renunciarem. O incidente teve conseqüências muito importantes para o movimento, incluindo o começo de um decréscimo de participação e o começo de um período de participação política radical cada vez maior e mais profunda.

Um documento de 1964 já assinalava os problemas do movimento.

«Muitos dirigentes começam a se lançar mais no seu engajamento pessoal em detrimento da formação de novos elementos. Sente-se mais a falta de bagagem de ordem espiritual. Os militantes não recebem o apoio devido e há uma certa queda da JOC na base».³³

O mesmo documento refere-se ao período de 1959/1961 como o de melhor êxito em combinar a juventude, a classe operária e as funções apostólicas da JOC.

Durante esses anos, a JOC aprofundou seu engajamento na luta da classe operária. Enquanto, de 1958 a 1961, a JOC começava a desenvolver uma consciência política mais avançada, esta consciência conduziu, de 1961 a 1964, a um maior comprometimento político, envolvendo-se os jocistas em sindicatos, em associações de bairro e em educação popular. Em 1961, por exemplo, a JOC realizou um Congresso para Empregadas Domésticas que resultou mais tarde na criação de uma associação profissional para essas empregadas, com a liderança contínua de muitas jocistas. Em 1963, os jocistas criaram o Serviço de Cultura Popular e desempenharam papel importante em outros movimentos populares em vários lugares.

Em 1962, os ex-jocistas criaram a Ação Católica Operária, com a finalidade de dar continuidade ao trabalho da JOC. A ACO definiu-se como

«Um movimento de cristão engajados na vida e no movimento operário, atuando unidos a todos os outros militantes; um movimento apostólico que revela, aos companheiros e à classe operária, a presença de Cristo e a sua mensagem, não tanto pelas palavras, mas pelas atitudes de amizade, de coragem, de fidelidade; um movimento que representa a classe trabalhadora dentro da Igreja, com o direito de exigir dela o cumprimento de sua missão para com a classe operária».³⁴

A partir de 1962, a ACO desempenharia um papel importante no movimento popular e na Igreja, complementando os esforços da JOC e trabalhando de modo bastante parecido com a JOC.

Enquanto aprofundava seu envolvimento político, também avançava a consciência política da JOC. O comprometimento cada vez mais profundo e a maior intensidade de consciência política são postos em relevo num importante documento escrito nos primeiros meses de 1964.

33. «Evolução do Movimento», 1964.

34. «Dez Anos de Ação Católica Operária», publicado em *SEDOC* 6 (setembro de 1973), 314.

«A característica operária do movimento é vivida mais acen-
tuadamente... A JOC se abre mais para os ambientes. Os planos
de trabalho lançam os militantes mais para a realidade da vida de
trabalho. Há uma preocupação maior em atingir e apoiar os ele-
mentos de fábricas, elementos de mais valor humano... Sente-se
uma maior consciência operária nos militantes, sentido de realidade
e um compromisso maior com a promoção operária integral. Há
um maior engajamento no sindicato, na política e em todo movi-
mento operário».³⁵

O otimismo que pervadia a maior parte da Esquerda brasi-
leira teve repercussão na JOC, que previa que as «reformas de
base» transformariam com sucesso o país.

«Há realmente uma tomada de consciência da situação de
miséria do povo. Há um desejo de promoção, de transformação
de mentalidade e de estrutura, de justiça; de uma mais justa
distribuição de riqueza e de melhores condições de vida para
todos. Estamos vivendo em pleno momento revolucionário, de
exigência das reformas de base desejadas especialmente pelos
oprimidos».³⁶

Não obstante o despertar político experimentado pela JOC
durante os anos que precederam o golpe, ela continuou atrasada
em relação à JUC. Como grupo, a JOC continuou razoavelmente
próxima das reformas de base. Algumas publicações tratavam
ainda da falta de participação em movimentos populares, e
havia uma ideologia anticomunista bastante difundida. A *Carta
aos Dirigentes* declarou, numa edição de pré-eleição, que «os
católicos não podem votar em candidatos comunistas ou em
homens que pregam a luta de classes, a revolução pelo ódio,
pelas armas, etc.».³⁷ E a idéia de que à JOC faltava ainda uma
visão estrutural, ou de que era reformista, vinha claramente
expressa em entrevistas. «Não existia na cabeça dos militantes
nenhuma consciência do sistema capitalista ou de tática política,
isso não existia. A única coisa que existia era a consciência de
que a gente estava sendo explorada».

Na medida em que a JOC amadurecia, surgiam no movi-
mento novos e inovadores esforços pedagógicos. Influenciados
por outros movimentos de educação popular, estiveram os assis-
tentes da JOC entre os primeiros padres que refletiram profun-
damente sobre princípios pedagógicos em relação ao trabalho
das classes populares — reflexões essas que mais tarde teriam
um importante impacto na Igreja popular. Uma dessas reflexões

35. «Evolução do Movimento», 1964.

36. «Colaboração da JOC e da ACO para uma Pastoral Operária»,
1963.

37. *Carta aos Dirigentes* 16 (setembro/dezembro de 1962).

merece ser citada por extenso porque enfatiza a rejeição do paternalismo e da pedagogia «colonialista», os esforços para respeitar a classe trabalhadora, e o desejo de uma profunda participação nas vidas dos trabalhadores, que viria, anos mais tarde, caracterizar a pedagogia da Igreja popular.

«Ainda há mentalidades de 'assistentes sociais', de resolver logo a situação paternalisticamente, ao invés de estimulá-los, organizá-los para que eles mesmos resolvam seus problemas...

Nós deveremos levar Deus à vida operária:

— fazendo todo o possível para compreender cada vez mais o valor humano e divino do trabalho do operário e da classe operária;

— estando sempre mais presente na vida operária: vivendo junto dela, participando intimamente de todas as suas manifestações de tristeza e alegria; integrando-nos profundamente nela; agindo contra todas aquelas atitudes nossas e aqueles hábitos burgueses que nos separam; não nos considerando um superior por causa da cultura recebida, mas um irmão que tem riquezas a distribuir.

Compreender que nossa missão sacerdotal não é solucionar concretamente os problemas de uma maneira paternalista, mas estimular, despertar, motivar os jovens para que eles mesmos atuem, organizadamente».³⁸

Os padres da JOC desempenharam importante papel exigindo que a Igreja do Brasil mudasse. Suas autocriticas e as criticas que faziam à instituição eram tão prescientes quanto suas reflexões sobre pedagogia. Em um Encontro Nacional, os assistentes da JOC acusaram a Igreja de «compromisso com o capitalismo, falta de valorização do temporal, formando cristãos para serem objetos e não sujeitos da História, atitudes de 'colar' Deus nas pessoas, em vez de revelá-lo às pessoas, atitudes moralistas demais».³⁹ Afirmavam que a Igreja não apresentava um cristianismo vital e sim um cristianismo de fórmulas e rituais, desligado das necessidades dos trabalhadores.

Os padres da JOC foram dos primeiros a exigir uma opção pelos pobres.

«Se a Igreja do Brasil não se voltar para os problemas dos trabalhadores e suas pessoas e não fizer um esforço gigantesco mesmo para sair do abismo que a separa da massa operária, se não superar o divórcio entre a atual pastoral e a realidade de vida do nosso povo e especialmente dos trabalhadores, ela estará falhando na sua missão: evangelizar os pobres».⁴⁰

38. «Encontro Nacional de Assistentes», junho de 1964.

39. *Ibid.*

40. «Colaboração da JOC e da ACO para uma Pastoral Operária», 1963.

Os padres da JOC foram também pioneiros no exigir maior respeito pela religiosidade popular e pelo sincretismo religioso, propugnando uma liturgia popular, um catecismo popular, linguagem acessível ao lidar com a classe operária, e no enfatizar as boas qualidades do povo brasileiro: «generosidade, solidariedade, espírito de sacrifício, capacidade de sofrer ou resistência ao sofrimento, alegria, espírito pacífico, inteligência, amor ao trabalho e à liberdade».⁴¹

As opções políticas da JOC não se faziam sem sacrifício.⁴² Além do fato de começar a diminuir o número de membros, as relações entre a JOC e os bispos tornavam-se menos amistosas. Na época em que a JOC era um movimento de massa intimamente ligado à vida sacramental da Igreja e com visão política relativamente limitada, o relacionamento entre a JOC e a hierarquia era geralmente bom. Mas as coisas mudaram na medida em que a JOC entrava no movimento popular, que sua visão política se expandia, e que ela passava a envolver-se um pouco menos na vida sacramental da Igreja. Um ex-assistente assinalou que, no período 1962/1964,

«a JOC perdeu muito daquela simpatia que tinha. Ela era muito querida quando acentuava mais o caráter juvenil. Quando começou a tomar posição, quando entrou no mérito da classe, ela deixou de ser querida».

1964/1970: Os condicionamentos

Um dos pontos centrais de minha dissertação é explicar como e por que a concepção da Igreja católica em relação à sua missão tem mudado desde os últimos anos 50. No caso específico deste artigo, tento explicar por que a JOC mudou a concepção de sua missão.

Um argumento da maior relevância é que a visão de fé da Igreja tem sido fortemente influenciada pelas ideologias

41. *Ibid.*

42. O caso da JOC serve de apoio a vários argumentos por mim apresentados em «Faith, the Church, and Politics: Theoretical Notes». Afirmo nesse artigo que a transformação da Igreja no Brasil não pode ser vista simplesmente como tentativa da instituição para defender seus interesses ou maximizar sua influência na sociedade. Muitas de suas opções não maximizaram seus interesses, mas antes representaram um compromisso de viver uma certa visão de fé sem medir as consequências, o que foi claramente efetuado pela JOC. A realização de suas opções, sobretudo depois de 1964, incorreu em pesados custos institucionais (o rápido decréscimo de membros) e em sacrifícios pessoais significativos (prisões e torturas). A JOC fez tais opções não para «maximizar sua influência» na classe operária mas antes porque sentia um chamado evangélico sincero para assim proceder, sem levar em conta os custos.

políticas da sociedade brasileira. Por sua vez, essas ideologias e visões políticas têm sido largamente determinadas pelos conflitos sociais — luta de classes — da sociedade brasileira.

Não quero sugerir com isso que essas idéias e identidades sociais das instituições sejam simplesmente reflexões passivas da história real que está sendo levada a efeito pela luta de classes e outras forças sociais; pelo contrário, essas idéias, essas identidades sociais têm uma inter-relação dialética com os conflitos sociais e moldam a maneira pela qual reagem politicamente as diversas forças sociais. A política é tanto uma luta para definir elementos simbólicos como para definir necessidades materiais. A luta política toma forma tanto pelo modo pelo qual as instituições e grupos se vêem a si mesmos, como por necessidades materiais ou interesses institucionais concretos.

É, porém, a luta política concreta que faz com que essas identidades sociais e ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. Práticas sociais e identidades institucionais não se alteram na esfera da produção intelectual; antes, mudam principalmente porque a luta social concreta impõe uma nova maneira de compreender a realidade.⁴³ No caso concreto da Igreja, e mais especificamente da JOC, profundamente engajada na luta de classe, a identidade institucional — o conceito de fé que predominava — não mudou como resultado de debates sobre o que a Igreja poderia ser ou como poderia proteger seus interesses institucionais. Antes, esta identidade institucional mudou principalmente — embora não exclusivamente — porque a luta social da sociedade brasileira gerou novas concepções sobre esta sociedade e sobre o papel da Igreja dentro dela.⁴⁴

As instituições podem manter certa impermeabilidade em face dos conflitos da sociedade em geral, sobretudo quando participam somente de modo periférico na luta política. Se uma Igreja se mantém fora dos debates políticos, é possível que o processo político não venha a afetar diretamente o modo pelo qual ela encara sua missão. Por exemplo, nos Estados Unidos os Amish conservaram muitos costumes do século XVIII, não obstante as dramáticas transformações da sociedade e do Es-

43. O excelente ensaio de Fernando Henrique Cardoso, in *As idéias e seu lugar* (Petrópolis, Vozes-CEBRAP, 1980) proporciona uma boa introdução ao relacionamento entre idéias e conflito social.

44. Ênfase a idéia de que não foi esse o único fator a causar a mudança da Igreja. As mudanças, tanto na Igreja internacional como nos esforços da Igreja do Brasil, no sentido de modernizar para defender seus próprios interesses, desempenharam também papel de certa relevância.

tado. Sua maneira de entender a fé tem sido relativamente impermeável a mudanças e conflitos sociais.

Mas logo que uma Igreja entra no debate político, é também atingida por ele, e abre-se a mudanças através de canais que não controla.

Foi isso o que aconteceu com a Igreja Católica no Brasil. Na medida em que ela se tornava cada vez mais consciente de que tinha uma missão social, começou a ser afetada de novas maneiras pela transformação social e pelo conflito político.

Na medida em que se alteravam os conflitos na sociedade brasileira, diferentes forças sociais desenvolveram novas concepções de política. E este debate, sobre o melhor tipo de sociedade e de Estado, refletiu-se na discussão dentro da Igreja sobre a natureza de sua missão. Na verdade, como afirma Luiz Gonzaga de Souza Lima em seu excelente estudo, o processo de levar a polêmica sócio-política para dentro da Igreja tornou-se inevitável quando a classe média passou a ser o ator privilegiado dentro da Igreja e começou a viver um processo de intensa polarização.

«A extensão de sua base social até as classes médias e a integração destas últimas dentro mesmo da instituição, através das organizações leigas, criando um espaço social de leigos organizados e com um certo grau de autonomia, se de um lado era uma modificação necessária à adaptação da instituição ao sistema, abria um espaço ao interior do seu mundo institucional no qual poderiam vir a se manifestar as contradições da estrutura social. A única condição para que isto não ocorresse era que as classes médias, com todos os seus diversos setores de classe, se mantivessem permanentemente atreladas às classes dominantes. Isto não ocorreu. Enquanto a Igreja dispunha de uma base social assentada exclusivamente sobre as classes dominantes, ela era quase impermeável aos conflitos da estrutura social brasileira, participando deles em bloco, junto com as classes dominantes, contra outras classes ou forças sociais. Mas estendendo suas bases sociais, ela se torna sensível às contradições, que não se manifestariam mais entre ela e o exterior mas no seu próprio seio.»⁴⁵

O golpe de 1964 e a repressão e as políticas econômicas, que se seguiram, causaram profundas mudanças, não só na natureza do regime político, mas também na maneira de as diferentes classes sociais e instituições perceberem o Estado, e, posteriormente, na sua ideologia e ação política. A cúpula da Igreja brasileira levou algum tempo para reagir ao novo regime, mas o golpe rapidamente produziu profundas transformações na visão da JOC em relação à fé e ao mundo. Na segunda metade da década de 60, a visão política da JOC

45. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*, 24-25.

mudou em ritmo notavelmente rápido na medida em que o regime autoritário desencadeava forte repressão contra os movimentos populares e praticava políticas econômicas muito pouco igualitárias. A esta altura, mesmo estando a JOC ainda influenciada por seus laços com a Igreja, sua visão política estava muito mais próxima da Esquerda brasileira (com todas as suas divergências internas) do que da hierarquia da Igreja.

Muitos grupos de Esquerda, que haviam antes acreditado na possibilidade de realizar transformações no sistema capitalista, perderam essa esperança e chegaram gradualmente à convicção de que o sistema capitalista virtualmente nega espaço à mudança política, sobretudo no Terceiro Mundo. E, conseqüentemente, voltaram-se cada vez mais para o socialismo». ⁴⁶

As mudanças no regime político dificultaram também alguns tipos de organização política. Sobretudo depois de 1968, era quase impossível sustentar as organizações populares e os movimentos de Esquerda. A dificuldade de agir, unida a uma recém-experimentada necessidade de entender os processos do desenvolvimento capitalista e da história do Brasil, conduziram a uma nova ênfase no estudo entre os grupos interessados na transformação da sociedade brasileira.

Essas mudanças no regime político e na Esquerda brasileira estabelecem as mais importantes referências para a compreensão do desenvolvimento da JOC no período de 1964/1970. Mas as mudanças na Igreja também ajudam a explicar a evolução da JOC. Durante este período, a cúpula da Igreja institucional não deu muito apoio a concepções de fé mais progressistas. Nos últimos meses do Governo de Goulart, a hierarquia recuou e essencialmente apoiou o golpe. Foi somente depois de 1968 que ela começou a abrir-se para uma concepção mais progressista de fé que já vinha sendo vivida pela JOC e outros grupos de base.

Enquanto o episcopado brasileiro mostrava poucos sinais de renovação no período de 1964 a 1968, outras mudanças dentro da Igreja eram mais favoráveis às posições que a JOC

46. Dada a tremenda fragmentação da Esquerda, sobretudo depois de 1964, estas generalizações devem ser feitas com cuidado. Quanto à Esquerda Católica, a Ação Popular entrou num processo de rápida radicalização, descrito no comóvente depoimento pessoal de Herbert José de Souza, in Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos (orgs.), *Memórias do Exílio: Brasil 1964/1977* (São Paulo, Livramento, 1978), 67-112. Uma importante organização trabalhista que surgiu da Esquerda Católica e seguiu uma trajetória não dramaticamente diferente da da JOC foi a Frente Nacional do Trabalho, cuja história é narrada em seis cadernos populares, *Vinte Anos de Luta* (São Paulo, Frente Nacional do Trabalho, 1980).

começava a adotar. O Concílio Vaticano II, que terminou em 1965, deu grande força às idéias e práticas pastorais mais progressistas. E, embora a CNBB não houvesse mostrado muito dinamismo até cerca de 1970, houve nas bases um número cada vez maior de agentes pastorais engajados nos movimentos de Igreja popular e de justiça social. Nasceram as primeiras comunidades de base e pela primeira vez foi a pastoral operária objeto de uma reflexão sistemática. Uma nova teologia exclusivamente latino-americana começava a manifestar-se, desenvolvendo muitos temas discutidos na JOC: fé e política, fé e libertação, opção preferencial de Jesus pelos pobres. Esse novo debate teológico surgiu de experiências concretas da pastoral popular, dando enorme força legitimadora a estas inovações e estimulando mudanças posteriores. A reunião da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, em 1968, aproveitou muito da riqueza desta nova teologia e das novas práticas pastorais de base.

Estas transformações da sociedade brasileira e da Igreja servem como pontos de referência básicos para compreender a evolução da JOC durante o período de 1964 a 1970.

O desenvolvimento da JOC de 1964 a 1970

«A repressão fez com que o movimento se fechasse. Com a repressão, não deu para ser mais aquele amplo movimento de massa. A JOC passou a ser um movimento de quadros, de militantes. Bloqueada a possibilidade de ação de massa, ela passou a ter mais preocupação com a análise, e daí surgiu um amadurecimento muito grande. Os militantes começaram a compreender o problema operário no geral — o sistema social, político e econômico».

O golpe não demorou a atingir a JOC. Imediatamente depois, vários jocistas foram detidos ou presos por sua liderança em movimentos populares, e os Conselhos Nacionais de 1964 e 1965 foram cancelados por motivos políticos. Desde junho de 1964 manifestava a JOC grande preocupação em relação ao novo regime, e, em setembro de 1964, em clima muito mais pessimista que o dos dias que precederam o golpe, o Secretariado Nacional publicou importante documento definindo claramente a posição da JOC diante do regime.

«Para os operários adultos ou jovens que estão mais por dentro do problema operário, do movimento operário e da vida política do País, a revolução se fez, não para os operários e para atender às suas aspirações, mas para justamente barrar o Movimento Operário, impossibilitar o avanço das idéias renova-

doras apregoadas por alguns líderes, e retirar de circulação as principais lideranças operárias e populares».⁴⁷

A posição da JOC mostrou, não só como tinha ido longe o movimento politicamente, como também até que ponto sua visão era diferente da do outro importante movimento da classe operária dentro da Igreja, os Círculos Operários. Conservadores e clericais como sempre foram, os Círculos apoiaram o golpe em nome do anticomunismo.

A rápida destruição dos ideais e do otimismo anteriores ao golpe trouxe novos problemas aos movimentos populares e para a Esquerda. Que acontecera de errado? Qual o próximo passo? Da mesma forma que outros grupos, a JOC preocupava-se mais em procurar soluções teóricas para estes problemas, em pensar tanto quanto em agir. O sofrimento causado pela repressão, o sentimento de que as prévias práticas políticas tinham falhado, a desilusão com o capitalismo e a dificuldade em desenvolver uma ação política, tudo isso levou ao desejo de chegar a uma compreensão melhor da realidade brasileira.

A JOC entrou num período de maior preocupação com o estudo, não como finalidade última, mas antes como tentativa de «dar aos dirigentes instrumentos de reflexão que pudessem fundamentar uma ação no sentido de libertação da pessoa humana da opressão e da miséria».⁴⁸ Na medida, porém, em que a repressão crescia, aumentava também a dificuldade de agir politicamente, e a tendência para a reflexão sobre a realidade social adquiriu maior intensidade ainda. Havia, atrás desses estudos, a idéia otimista de que, se a Esquerda pudesse chegar a uma análise correta da situação, poderia superar os problemas. Este otimismo sobre os efeitos da «análise correta» pode parecer um tanto ingênuo em retrospecto, mas era partilhado por grande parte da Esquerda brasileira.

Na medida em que continuava a repressão e começavam a aparecer os efeitos do modelo econômico, alterava-se a natureza da análise da JOC, que se tornou mais pessimista em relação ao capitalismo. Esta mudança refletia não somente o pessimismo derivado dos acontecimentos no Brasil, mas também o desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina.

A esta altura, é importante enfatizar mais uma vez que os jocistas não eram apenas parte de um movimento da Igreja, mas também uma parte altamente consciente da classe trabalhadora que participava dos debates políticos em toda a socie-

47. «A JOC diante dos Acontecimentos de Primeiro de Abril», 1964.
48. «Trinta Anos da JOC no Brasil», 1978.

dade. Devido à sua preocupação com o estudo e às ligações com outros grupos interessados em transformar a sociedade, a JOC tomou contato com novas formas de análise da realidade.

Na época em que aumentava a preocupação da JOC em analisar a realidade social, o marxismo e a análise da dependência tornavam-se importantes instrumentos intelectuais na América Latina. Tal como outros grupos de Igreja interessados em transformar a realidade social⁴⁹, era a JOC influenciada pelas formas predominantes de análise da sociedade. A análise na perspectiva das classes forneceu à JOC um novo instrumento para compreender os problemas enfrentados pela classe operária brasileira. Esse instrumento, em combinação com a difícil realidade social e ainda fortalecido pelas mudanças na Igreja, ajudaria a produzir mudanças profundas na visão do mundo por parte da JOC.

Essas mudanças não ocorreram de uma hora para outra. Somente depois do golpe começou a JOC a se dedicar seriamente à análise social, e somente a partir de 1966, começou a discutir temas como o socialismo, o funcionamento do capitalismo e a história da classe operária.

As primeiras críticas do movimento ao regime eram um tanto tímidas, concentrando-se em problemas específicos como empregos e salários. Havia ainda pouco senso da inutilidade de pedir concessões ao governo autoritário. Alguns documentos retinham ainda o velho hábito de pedir melhor atenção para a classe trabalhadora. «O que pedimos aos governantes e aos empresários são novas oportunidades de trabalho e medidas urgentes e decididas para que a Nação não seja construída com a fome e os sofrimentos dos mais fracos».⁵⁰

No entanto, na medida em que mais participantes da JOC eram perseguidos por envolvimento em movimentos populares, e na medida em que se tornava mais clara a natureza do projeto autoritário, as críticas se tornavam mais radicais. Vimos que um primeiro passo decisivo nesse sentido foi dado no Conselho Nacional de 1963, ocasião em que o movimento começou a criticar o «neocapitalismo», até então defendido pelos documentos da JOC. Mas em 1963, somente a cúpula tinha feito tal opção. Um segundo passo foi dado em 1965, na

49. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez assinala a dívida da Esquerda Católica, e sobretudo da teologia da libertação, para com a análise de dependência in *Teologia da Libertação* (Petrópolis, Vozes, 1975), 75-88.

50. De Márcio Moreira Alves, *A Igreja e a Política no Brasil*, 154.

Primeira Semana de Estudos de Nova Friburgo (RJ), quando a presença de ilustres intelectuais de Igreja, como Cândido Mendes de Almeida e Alceu Amoroso Lima, levou avante o movimento. O grosso do movimento começava agora a questionar o capitalismo.

Este processo culminou no Conselho Nacional de abril de 1968, realizado em conjunto com a ACO, em Recife. Esse Conselho Nacional assinalou o rompimento teórico da JOC com o capitalismo, que começou a ser considerado como a raiz dos problemas da classe trabalhadora brasileira. O Conselho concluiu que era necessário superar o capitalismo e lutar por um sistema socialista.⁵¹

As conclusões do Conselho de Recife foram as mais radicais até então adotadas por qualquer grupo de Igreja. Significativamente, a base havia pressionado a equipe nacional para que tratasse dos problemas que seriam discutidos durante o Conselho de Recife. Embora a equipe nacional fosse politicamente mais avançada que a base, a esta altura, o movimento todo estava altamente politizado.

Em alguns pontos o documento de Recife pode ser considerado não representativo do pensamento da JOC durante o período. No fim da semana anterior ao Conselho, uma pessoa da Ação Popular — na época um movimento leninista clandestino distanciado de suas origens cristãs humanistas — apresentou aos participantes um longo trabalho, em que utilizava a análise marxista-leninista e exigia a luta revolucionária. Em algumas questões o documento de Recife refletia fortemente esta presença externa e discordava da linha hegemônica da JOC. O documento continha, por exemplo, uma crítica acerba contra a Igreja, pouco característica do movimento naquela época. Como consequência, os bispos pediram à JOC que escrevesse um relatório definindo sua posição. Este relatório, que recebeu o nome de Documento Amarelo, foi escrito em julho de 1969. É interessante notar que, embora recuando das críticas à Igreja, reafirmava as mais importantes conclusões do documento de Recife. A despeito da pressão dos bispos e da repressão do Estado, o Documento Amarelo reafirmou a condenação do capitalismo.

«Na medida em que se ia desenvolvendo o inquérito de 1967 a 1968, todo o movimento ia sentindo a necessidade de uma análise mais profunda das causas das condições de trabalho em

51. O regime militar, infelizmente, confiscou o documento de Recife e queimou quase todas as cópias. Márcio Moreira Alves cita alguns excertos in *A Igreja e a Política no Brasil*.

que vivem os operários... A partir do aprofundamento feito sobre estas e outras questões, os militantes foram descobrindo que a causa fundamental é um sistema econômico que determina uma estrutura empresarial baseada no lucro, não levando em conta em primeiro lugar as necessidades das pessoas... Denunciamos o capitalismo como sistema econômico intrinsecamente mau, porque tem como pressuposto a primazia do capital, poder do mesmo e a sua discriminante utilização em função do lucro».

A JOC se declarou engajada na tarefa de radical transformação da sociedade.

«Concluimos também que a JOC deveria contribuir com as mudanças profundas e radicais da atual sociedade, através da formação de militantes cristãos, autenticamente engajados neste processo respeitando sempre as opções pessoais. O movimento quer assim contribuir com todas aquelas organizações que lutam pela construção de um Homem Novo e de uma Sociedade Nova, onde os Direitos Fundamentais do homem sejam respeitados na prática».

A atitude da JOC em relação ao marxismo havia mudado dramaticamente desde 1964. Outro importante documento da época declarava:

«O marxismo para nós é uma doutrina como qualquer outra. O comunismo não nos assusta. Se o marxismo contribui para dar ao operário aquilo de que ele precisa e permite a sua realização como indivíduo, não nos colocaremos contra ele... Nós não somos comunistas, mas não o tememos; tememos, sim, a miséria, a fome, a alienação».⁵²

Notável é, não tanto o fato de haver a JOC chegado a estas conclusões, mas o de havê-las publicado. A JOC continuou a manter-se em razoável evidência até 1970, enquanto outros grupos, que endossavam uma análise social semelhante, entravam na clandestinidade.⁵³

O Conselho Nacional de Recife assinalou mais do que a culminância do desvio da JOC para opções e análises políticas mais radicais: abriu também um período de repressão violenta contra a JOC e, com menor intensidade, contra a ACO.

Diversos jocistas foram presos em 1964 e nos anos seguintes, mas essas prisões eram conseqüência da participação em movimentos populares, e não diretamente de envolvimento com a JOC. De fato, a participação na JOC ajudou às vezes um

52. «Manifesto da JOC», 29 de setembro de 1967.

53. A ACO publicou também algumas importantes críticas ao regime. Entre as mais importantes havia três declarações sobre o desenvolvimento do Nordeste: «Nordeste — Desenvolvimento sem Justiça», publicada em Vozes, maio de 1967; «O Homem Proibido», 1970, em SEDOC 3, 1278-1296; e «Cem Anos de Suor e Sangue», 1971.

líder popular a evitar a repressão. No entanto, na medida em que a JOC se radicalizava, tornava-se cada vez mais alvo do aparelho repressivo.

Entre 1966 e 1970, muitos dos mais sérios conflitos entre a Igreja e o Estado envolveram jocistas ou participantes da ACO. O primeiro conflito sério entre a Igreja e o Estado, depois do golpe, surgiu em julho de 1966, quando os bispos do Nordeste lançaram uma declaração de solidariedade a um documento da ACO de severa crítica ao regime. Este proibiu inicialmente a circulação da declaração dos bispos e lançou ataques contra Dom Hélder Câmara. Como aconteceria repetidas vezes, esses ataques à Igreja resultaram em maior coesão dentro da instituição eclesial.⁵⁴

A repressão contra a JOC e ACO não ocorreu somente devido a esses documentos, mas porque ambos desempenharam papel importante nos esforços para revigorar o movimento trabalhista, marcando importante presença nas greves de Contagem e Osasco em 1968. Em Osasco, o Governo prendeu e mais tarde expulsou um padre-operário francês, Pierre Wauthier, que servia como assistente da JOC, o que levou a um dos mais notórios conflitos da época entre a Igreja e o Estado.⁵⁵

Wauthier foi preso e expulso por causa de seu pretenso papel na greve, não pela sua ligação com a JOC. A repressão direta contra a JOC só se deu depois do Conselho de Recife. A JOC cometeu o erro de publicar o documento do seminário da Ação Popular, que tinha sido apresentado ao Conselho, juntamente com as conclusões deste, sem fazer distinção entre os dois. O Governo confiscou os documentos do Conselho, declarou

54. Sobre este conflito, veja-se Alves, *O Cristo do Povo*, 58-63, e Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*, 182-187. A prova da importância da JOC e da ACO no conflito Igreja/Ação Popular está no fato de Bruneau dedicar 14, das 27 páginas sobre o assunto, aos conflitos originados pela ACO e pela JOC, no período 1966/1968. O estudo publicado pelo Centro de Pastoral Vergueiro, *As Relações Igreja/Estado no Brasil*, inclui nove casos de conflito entre JOC ou ACO e o Estado. Seis deles transformaram-se em graves confrontações Igreja/Estado.

55. Sobre as greves de Contagem e de Osasco, veja-se o excelente estudo de Francisco Weffort, *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968*, em *Cadernos CEBRAP* 5 (São Paulo, CEBRAP, 1972). Weffort proporciona informações significativas sobre o papel dos católicos em Osasco mas não menciona sua atuação em Contagem. Sobre o conflito Igreja/Estado em Osasco, ver *SEDOC* 1 (dezembro de 1968), 815-837; Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*, 199-202; Alves, *A Igreja e a Política no Brasil*, 203-204. Sobre o desenvolvimento do trabalho pastoral da Igreja em Osasco, 1964/70, veja-se Domingos Barbé e Emmanuel Retumba, *Retrato de uma Comunidade de Base* (Petrópolis, Vozes, 1970).

que o documento da AP representava o pensamento da própria JOC, e distribuiu o documento a alguns bispos conservadores, esperando que a hierarquia usasse de represália com a JOC, como havia feito antes com a JUC e a JEC.

Antes que a CNBB cuidasse do assunto, veio a repressão. Isto ocorreu durante um dos períodos mais tensos dos 18 anos de regime autoritário, às vésperas do Ato Institucional n. 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, que eliminou o habeas-corpus e assinalou o início do período mais repressivo do regime.

A onda repressiva começou com a prisão e a tortura de três padres e um diácono da JOC em Belo Horizonte, em novembro de 1968, duas semanas antes de ser decretado o Ato Institucional n. 5. Os militares alegaram que os quatro tinham ajudado a instigar as greves em Contagem e eram responsáveis por outras atividades subversivas. Este incidente deu origem a outro dos mais controvertidos conflitos da época entre a Igreja e o Estado. O fato de os quatro terem sido torturados foi largamente publicado e denunciado até mesmo por representantes da Igreja relativamente conservadores, muitos dos quais tinham até então rejeitado os relatórios sobre tortura por considerá-los fantasiosos. O caso provocou nos círculos eclesiásticos maior consciência da natureza do regime. Ajudou também a criar maior sentido de coesão dentro da Igreja, numa época em que a instituição estava ainda profundamente dividida em sua atitude diante do regime.⁵⁶

Imediatamente depois de decretado o Ato Institucional n. 5, começou o regime a perseguir um grande número de assistentes e líderes da JOC. Os assistentes eram os primeiros alvos por serem considerados responsáveis pela radicalização da JOC. «O Governo não acreditava que os próprios trabalhadores fossem capazes de elaborar um pensamento tão sofisticado».

No princípio de 1969, foram presos assistentes da JOC em Recife, Porto Alegre, Rio, São Paulo e Novo Hamburgo. A sede central em São Paulo foi invadida em janeiro. Outras invasões

56. Depois da prisão dos padres em Belo Horizonte, o arcebispo de Belo Horizonte; o presidente da CNBB, Dom Agnelo Rossi; o cardeal do Rio, Dom Jaime Câmara; e o cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, todos conservadores, escreveram cartas de protesto contra as prisões. Era uma das primeiras vezes em que a Igreja protestava com tamanha energia contra uma violação de direitos humanos. Encontram-se pormenores em *SEDOC 1* (março 1969), 1207-1256; e Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*, 203-209.

ocorreram no Rio, Teresina, Crateús e em outras cidades. Grande número de militantes foi preso.

Durante todo o primeiro semestre de 1969, o aparelho repressivo continuou a dar busca, prender, e muitas vezes torturar jocistas. A 25 de maio de 1969, um assistente jocista em Recife, Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, tornou-se o primeiro padre a ser assassinado pelo regime.⁵⁷ Um general disse a um líder jocista que sua tarefa não estaria terminada enquanto restasse um único ativista na JOC: ele queria exterminar a JOC. Esta se havia tornado um dos principais alvos do regime, sob o pretexto espúrio de que trabalhava com grupos clandestinos. Na realidade, embora houvesse casos isolados de jocistas participando de grupos clandestinos, o relacionamento entre a JOC e os partidos clandestinos era conflituoso. Estes partidos consideravam a JOC reformista, ao passo que a ênfase humanista cristã da JOC, seu empenho em permanecer dentro da Igreja, seu compromisso de não ingressar na clandestinidade e sua crítica aos métodos praticados pelos partidos clandestinos estabeleciam diferenças profundas.

Nenhum movimento da Igreja havia enfrentado repressão tão severa. Os esforços do regime para aniquilar a JOC acabaram provocando uma reação da CNBB, sobretudo nos casos em que a JOC procurava proteção. A hierarquia havia apoiado o Padre Wauthier e os quatro agentes pastorais em Belo Horizonte, mas em 1969 a CNBB estava ainda longe de ser uma ardente defensora dos direitos humanos. Agindo isoladamente, bispos como Dom Aloisio, Dom Ivo, Dom Tomás Balduino, Dom Hélder Câmara, Dom Frágoso, Dom Cândido Padin e Dom Waldir Calheiros puseram em risco a própria segurança para defender a JOC, mas de modo geral a hierarquia pouco fez para proteger os participantes leigos da JOC.

Diante da severa repressão e da relativa falta de apoio dos bispos, a JOC pediu socorro à JOC Internacional — no que foi atendida. Grupos de JOC do mundo inteiro fizeram demonstrações de protesto em defesa da JOC brasileira. A JOC internacional enviou o assistente internacional, o padre australiano Brian Burke, para ajudar a defender a JOC perante a hierarquia. Burke apoiou plenamente a JOC, mas a CNBB concedeu-lhe apenas quinze minutos na Assembléia anual para explicar o que estava acontecendo.

57. Sobre a morte do Pe. Henrique, veja-se *SEDOC* 2 (agosto de 1969), 143-148.

Uma segunda onda de repressão, que efetivamente silenciou a JOC por alguns anos, ocorreu em outubro de 1970. A polícia invadiu a sede nacional no Rio, prendeu e torturou a equipe nacional, e prendeu quatro assistentes. Começou assim outra série de prisões de jocistas, inclusive o encarceramento de militantes e padres em São Paulo e Belo Horizonte e a prisão de trinta jocistas e do assistente de Volta Redonda. Os grupos de JOC do Rio, São Paulo e Belo Horizonte foram exterminados.

Nessa época, a CNBB começava finalmente a reagir contra as sistemáticas violações dos direitos humanos levadas a efeito pelo regime, sobretudo o emprego da tortura em larga escala. A tortura de jocistas em Volta Redonda levou a outro sério conflito entre Dom Waldir Calheiros e o regime, com o apoio de certo número de bispos conservadores a Dom Waldir e às pessoas torturadas.⁵⁸

A perseguição dos jocistas no Rio acabou provocando um dos mais dramáticos conflitos entre Igreja e Estado nas duas décadas de regime militar. Além de ter torturado vários jocistas e detido quatro assistentes, o regime, na caça aos jocistas, invadiu o IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), importante centro jesuíta, e deteve o secretário geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, o provincial dos jesuítas e o reitor da PUC, que se achavam no IBRADES por ocasião da invasão. Foi este um exemplo muito claro da maneira pela qual a repressão contra a Igreja começava com frequência na base e acabava atingindo os mais altos escalões da instituição.

Os mais altos níveis foram arrastados ao conflito de outra forma. Diante deste ataque frontal à Igreja, a Comissão Central da CNBB publicou um dos mais enérgicos protestos até então emitidos:

«A Comissão Central encarece que a promoção do homem em suas várias implicações — objetivo assumido pelo Governo em seus documentos oficiais — deva ser plenamente assegurada em todos os escalões de sua organização política e administrativa. Tal objetivo não será alcançado quando, para eliminar o terrorismo subversivo e aviltante cuja maior vítima é o próprio povo, a exacerbação de uma justa preocupação pela segurança nacional gera um clima de crescente insegurança. O terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão.»⁵⁹

58. Sobre o incidente de Volta Redonda, veja-se *As Relações Igreja/Estado no Brasil*, fascículo 3 (São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, 1981), 13-21.

59. O documento vem publicado em *SEDOC 3* (novembro de 1970), 648-650. A informação mais completa sobre o caso do Rio de Janeiro e a invasão do IBRADES encontra-se in *As Relações Igreja/Estado no Brasil*, fascículo 4, 18-20.

O caso teve repercussão internacional. O *L'Osservatore Romano*, órgão oficial da Santa Sé, publicou a declaração da Comissão Central na primeira página e exprimiu editorialmente seu apoio. O Papa Paulo VI também hipotecou solidariedade à Igreja brasileira, ajudando a legitimar os setores do clero empenhados em denunciar os abusos do regime.

A JOC estava despreparada para esta espécie de repressão. Numa época em que a maioria da Esquerda percebia os riscos acarretados por opções políticas radicais, a JOC não tinha plena consciência do perigo.

«A gente não tinha na cabeça que ia ser preso. A gente acreditava que, pelo fato de ser cristão, não ia ser preso. Isto não tinha sentido. Pensávamos que estávamos fazendo a coisa mais perfeita que podíamos fazer... A gente agia como Igreja e ninguém ia tocar na Igreja. A gente não tinha malícia, achava que estava tudo correto.

Uma das coisas que eu acho interessante é exatamente essa ingenuidade. A gente não tinha medo da repressão. A gente se considerava como um movimento de trabalhadores cristãos. Não punha malícia nas coisas».

Um trágico exemplo desta ingenuidade foi o fato de as conclusões do Conselho de Recife de 1968 incluírem os nomes e endereços dos participantes, muitos dos quais foram subseqüentemente presos.

A violenta repressão dos anos Médici, agravada pela crise interna enfrentada pela JOC e pela ausência de apoio da Igreja institucional, reduziu eventualmente o movimento a uma sombra do passado, tanto em número quanto na eficácia do estímulo ao movimento popular. De 26 mil membros em 1961, a participação declinou para 654 em 1968.⁶⁰ Houve um momento em que mais de 100 jocistas estavam presos, e em muitos lugares o movimento estava extinto. Quando muito, pequenos grupos continuavam a encontrar-se irregularmente e semiclandestinamente. A repressão causava tanto mal que era difícil encontrar leigos e padres dispostos a participar.

«O pessoal queria que eu assumisse a equipe nacional. Mas eu tinha uma namorada. Estava pensando em casar. Como é que eu ia assumir?... A maioria do pessoal saiu da prisão muito apavorada, não estava preparada para esse nível de repressão. O pessoal apanhou muito.

Nessa época, para participar da JOC você tinha que fazer uma opção muito grande. E isso só um cristão muito convencido fazia. Claro, porque significava correr o risco de ser preso. A Igreja oficial não dava apoio. Assim ficou bastante difícil a coisa».

60. Dados de Alves, *A Igreja e a Política no Brasil*, 153.

Além de reduzir drasticamente as fileiras da JOC, a repressão forçou o movimento a abandonar as tentativas de organização popular. É difícil exagerar as extremas dificuldades, tocando as raíças do impossível, de qualquer tentativa de organização popular entre 1969 e 1974. Mesmo rudimentares discussões populares eram vistas como subversivas, e os esforços para realmente organizar as classes populares eram quase suicidas.

Dentro deste contexto, o mais que podia ser feito era manter contatos pessoais, e, às vezes, através desses contatos, tratar de problemas de interesse da classe.

«Nós tínhamos nesses anos (de 1969 até 1974) a preocupação de não perder as reuniões. Fazíamos menos reuniões do que agora... Festejávamos o aniversário de um membro, coisas assim, aproveitando um pouco aquilo que normalmente se faz».

Parece pouca coisa, mas o simples fato de encontrar outros jocistas para comemorar um aniversário requeria coragem. Tais encontros não deixavam de ter conseqüências, pois davam continuidade aos debates sobre a classe operária. A JOC e a ACO desempenharam papel significativo no revigoramento das formas incipientes da luta das fábricas que tiveram início por volta de 1974 e na rearticulação de alguns movimentos de bairro.

Como conseqüência da repressão, a JOC perdeu virtualmente seu caráter de juventude nos últimos anos da década de 60. As atividades recreativas não mais faziam parte da JOC, nem o movimento dedicava muito tempo ao trato de problemas pessoais. Todas as pessoas envolvidas estavam profundamente engajadas na transformação social. Embora não completamente por escolha, esta profunda politização fez da JOC um movimento para líderes dentro do movimento popular. Seu caráter de massa pertencia ao passado.

As dificuldades de continuidade na ação política levaram a JOC a consagrar mais tempo ao estudo, fazendo os jocistas adquirirem finalmente uma compreensão cada vez mais radical e sofisticada do sistema capitalista, porém com reduzidas possibilidades de ação. Além do fato de ter a repressão diminuído os efetivos da JOC, esta ênfase no estudo gerou um certo elitismo. A compreensão mais sofisticada da política levou muitas vezes a um distanciamento do trabalhador comum.

«O que a gente não pode é perder o contato com os companheiros. Na medida em que isso acontece, a gente começa a se intelectualizar. Houve tempo em que passamos por isso. Começamos a estudar e a ver as coisas tão grandes, que muitas vezes a gente não sabia como falar com os companheiros da base.

Falava-se do capitalismo, do socialismo e do marxismo e o trabalhador não tinha nada disso na cabeça».

Nos últimos anos 60, a JOC estava tão envolvida no trabalho político que não tinha tempo para colegas de visão política «retrógrada». Hoje muitos ex-participantes criticam o caráter elitista adquirido pela JOC durante os anos da maior repressão.

«Voltei aqui em 69 (depois de alguns anos fora do Brasil como dirigente da JOC Internacional). Encontrei uns militantes tão entusiasmados com essa opção política, que tinham deixado de lado toda aquela pedagogia, toda aquela maneira de agir com o jovem trabalhador que ainda não tem uma visão do sistema... Por esta razão a JOC foi perdendo sua capacidade de atingir a massa».

Mesmo na época havia uma viva consciência do problema. Um documento de 1970 declarava:

«A JOC, de modo geral, não está atingindo a massa de jovens trabalhadores. Formam-se pequenos grupos fechados, desligados da massa de jovens trabalhadores. Aos poucos estes grupos vão desaparecendo e assim o movimento vive em permanente instabilidade».⁶¹

Dado porém o grau de repressão e a falta de apoio da hierarquia, teve o movimento dificuldade em superar este problema. Os antigos métodos de massa não eram mais viáveis. Por causa da repressão, a JOC não podia continuar suas publicações regulares, que foram sempre uma fonte de recrutamento. De qualquer modo, o custo de participação era tão alto, que somente as pessoas mais engajadas estavam dispostas a correr o risco.

A hierarquia e a JOC, de 1964 a 1970

Quanto mais a JOC se radicalizava, mais pronunciadas se tornavam as tensões com a Igreja institucional. As atitudes divergentes em relação ao golpe estabeleceram um ponto nítido de conflito que apenas viria a exacerbar-se durante os anos seguintes. A hierarquia estava dividida na sua reação ao golpe, mas o grupo conservador revelou-se hegemônico; semanas após o golpe, a CNBB publicou um importante documento que agradecia aos militares terem salvo o País da ameaça comunista.⁶² Em contraste, desde o início a JOC definiu-se inequívoca-

61. «Resumo do Conselho Nacional», 1970.

62. A resposta dos bispos ao golpe, «Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional», foi publicada por Souza Lima, *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*, 147-149.

camente em oposição ao regime militar. Em setembro de 1964 um documento da JOC declarava:

«A euforia de grande número de católicos em comemorar a vitória da 'revolução' através de marchas, concentrações, etc. trouxe um grande mal-estar aos militantes que viam seus colegas de trabalho, de sindicato, da JOC e de outros movimentos serem presos e acusados de comunistas.

Diante da atuação desses grupos, acrescentando-se os sermões de louvores e as missas celebradas em tais comemorações, a indignação crescia ainda mais...

Sem o amparo dos de dentro da Igreja, os militantes viam o Movimento ser tachado de comunista ou de órgão de fachada do PC sem poder se defender, pois sua voz não encontrava eco nos pronunciamentos dos que seriam mais acreditados (a Hierarquia) que se pronunciavam isoladamente, quando se pronunciavam, com exceção dos bispos do Nordeste e de São Paulo».⁶³

O documento assinalava que, longe de apoiar a JOC, a hierarquia, ao justificar o golpe, estava dando apoio à repressão e solapando o trabalho da JOC.

Estas diferenças aprofundaram-se durante os anos subsequentes. A maioria dos bispos tinha sérias reservas quanto à opção política da JOC e seu decrescente envolvimento com a vida sacramental da Igreja. Por seu lado, o movimento tinha reservas igualmente sérias à hierarquia que, ao invés de estender a mão à classe trabalhadora, ficou silenciosa até o fim da década. Muitos jocistas deixaram a Igreja, descontentes com o seu silêncio em relação ao regime autoritário e sua proximidade das classes dominantes. Os grupos que eram ativos tornaram-se cada vez mais distantes da vida paroquial; o contato entre a JOC e a instituição foi reduzido ao mínimo.

É surpreendente tenha a JOC criticado tão pouco a Igreja institucional, dadas as diferenças entre as visões de fé, o contraste entre as difíceis condições de vida da classe operária brasileira e a relativa riqueza da Igreja institucional, a cumplicidade da hierarquia com o regime militar, e a sua omissão em vir em socorro da JOC quando o movimento enfrentava severa repressão. Em parte isto se deve ao fato de que a JOC orientava seus esforços muito mais para o movimento popular do que para a Igreja institucional. Em contraste com a JUC, seu trabalho era relativamente silencioso e não chamava muito a atenção. Enquanto a JUC fazia grandes esforços para criticar a Igreja, a JOC se preocupava sempre principalmente com o seu trabalho de base e seu próprio desenvolvimento. Em 1966, quando a

63. «A JOC diante dos Acontecimentos de Primeiro de Abril», 1964.

JUC foi destruída, seus líderes encorajaram a JOC a deixar a Igreja. A JOC recusou, alegando não ter desavenças sérias com os bispos; sua luta era pela melhora de condições da classe operária.

Embora a Igreja institucional não se tenha identificado com o mundo da classe trabalhadora nem apoiado a JOC, esta se manteve nitidamente empenhada em trabalhar dentro da Igreja, e seu caráter religioso sempre lhe permeou totalmente a visão política. Nunca houve na JOC dicotomia entre fé e política; a visão política sempre esteve intimamente ligada ao modo pelo qual a JOC percebia a fé. Ela via suas atividades como parte de um testemunho de fé, um testemunho baseado mais em ação do que em palavras. De acordo com esta visão, a fé exige o empenho em trabalhar por um mundo mais justo como meio de realizar o plano de Deus.

A íntima ligação entre ação no mundo e fé vem claramente expressa numa reflexão sobre pastoral operária do princípio de 1963. Este documento manifesta claramente a grande ênfase que a JOC punha em agir no mundo como meio de realizar a mensagem de Jesus.

«Esta dura realidade da vida operária, com todas as tragédias que ela apresenta no mundo subdesenvolvido como o nosso, tem uma relação com o plano de Deus, não escapa à ação divina onipotente. O militante cristão é aquele que, presente na vida operária, procura atuar sobre ela, unindo sua ação à ação divina redentora. Ele sabe que tudo o que existe de positivo na vida operária, de bom, de justo, de verdadeiro, de amor, é fruto da ação criadora de Deus, sinal de sua presença, convite e apelo ao militante engajado para vir ao encontro de seu Deus... Esse é o sentido apostólico da luta contra a miséria que uma pastoral operária deve enxertar na vida operária para imprimir à promoção operária um rumo evangélico. A promoção operária é para o cristão um fato inevitável. Isto porque é querida por Deus, e a vontade de Deus é criadora. A miséria do nosso povo não é querida por Deus, mas é uma blasfêmia contra o amor de Deus num mundo que ousa se dizer cristão».⁶⁴

Surgiu desde 1963, entre os assistentes da JOC, a convicção de que «Nós somos salvadores não de almas, mas de homens. Nós somos portadores de uma mensagem, de uma vida, que é eterna, mas que não é só de outro mundo. Uma vida eterna que se planta agora».⁶⁵ Esta idéia, não convencional para a

64. «Colaboração da JOC e da ACO para uma Pastoral Operária», 1963.

65. Palestra do Assistente Nacional, Pe. William Silva, 27 de fevereiro de 1963, Porto Alegre.

época, tornou-se mais tarde uma das concepções teológicas fundamentais da Igreja popular.

Esta íntima ligação entre fé e práticas políticas não desapareceu durante os últimos anos da década de 1960. O que mudou foi antes o conceito que a JOC tinha da própria fé, vista agora como pedindo opções políticas mais radicais; mas a centralidade da missão religiosa é muito clara no Documento Amarelo, um dos documentos mais radicais produzidos pela JOC.

«A JOC permanece fiel à sua missão apostólica e educativa como movimento de Igreja presente entre a Juventude Trabalhadora. Quer ajudar cada jovem trabalhador a encontrar Cristo em sua vida e descobrir toda a força do Evangelho...»

A JOC do Brasil está convencida de que tem procurado ser fiel aos apelos evangélicos.

A JOC do Brasil quer continuar pertencendo à Igreja. Quer, porém, ser fiel à juventude trabalhadora e, portanto, à classe operária. Para nós esta é a única maneira de guardar fidelidade à Igreja de Cristo...

Queremos confiar aos corações de nossos bispos o desejo que temos de não passar pela sorte de outros movimentos de Ação Católica que tiveram de desaparecer dos quadros oficiais da Igreja do Brasil. Nosso desejo não se fundamenta em outra coisa senão no amor de Cristo e da Juventude Trabalhadora».

Esta visão religiosa, a insistência em permanecer na Igreja, a rejeição da luta política clandestina, e o fato de ser o trabalho da JOC relativamente silencioso ajudaram-na a conservar-se imune ao ataque da hierarquia, numa época em que as posições da JOC eram de um radicalismo tão avançado quanto as mais radicais adotadas pela JOC. Sem dúvida, a tradicional negligência da Igreja em relação à classe trabalhadora serviu também para mitigar o conflito entre a hierarquia e a JOC. A hierarquia, na medida em que sentia necessidade de controlar os movimentos mais importantes de leigos de classe média, estava ainda suficientemente afastada do mundo da classe operária para não dar maior atenção à radicalização da JOC.

As tensões entre a JOC e a hierarquia jamais alcançaram a intensidade das tensões entre a JUC e a hierarquia. Não houve nunca uma atitude oficial contra a JOC, embora em algumas cidades a JOC tenha encontrado resistência da parte do bispo. Os conflitos assumiram mais a forma de ausência de apoio quando a JOC dele precisava. O problema era mais de falta de diálogo do que de repressão institucional contra a JOC. Esta escapou do ataque da instituição nos dois momentos em que ele seria mais provável: em 1966, quando a hierarquia fechou a Ação Católica, e em 1969, quando o Governo fez

pressão sobre os bispos para que usassem de represália contra a JOC.

II. A JOC E A ORIGEM DA IGREJA POPULAR

«Pego um livro usado nos círculos bíblicos, que são subsídios para as CEBs. Começo a ler, e aí digo para as irmãs: mas isso é círculo bíblico? Vocês estão fazendo com círculo bíblico o que a gente fez há uns 15 anos atrás.

A única novidade na Igreja é que aquilo que nós vivemos se generalizou agora, se tornou a opção de muitas dioceses. Abrange todo o mundo... Como metodologia, como espírito, como teologia, não é novidade. Acho que a teologia da libertação é aquilo que a gente viveu a vida inteira».

Na década de 1960, alguns grupos de leigos começaram a criar uma nova visão de fé que deveria mais tarde exercer importante papel em transformar a visão da Igreja institucional quanto à própria missão. Todos esses grupos ajudaram a criar uma visão de fé vinculada à luta por uma sociedade mais justa, e todos enfatizavam a importância dos grupos de leigos.

No sentido de articular uma visão de fé ligada a atividades temporais, a JUC e o MEB foram as mais importantes dessas experiências pioneiras. As práticas religiosas e a teologia por trás da JUC e do MEB criaram a base de uma fé que exigia um mundo mais justo, mas isso era feito de um modo que refletia uma concepção de classe média do mundo.⁶⁶ Havia, sobretudo no MEB, alguma reflexão sobre os temas que surgiriam na Igreja popular, mas a maior parte da teologia não refletia os problemas mais importantes enfrentados pelas classes populares. A JUC e o MEB não estabeleceram os laços entre fé, pobreza e política que a teologia da libertação — expressão teológica das práticas pastorais progressistas nas classes populares — despertaria.

A JOC e a ACO continuaram uma tradição que havia sido iniciada pelos movimentos de classe média, mas desenvolveram também uma contribuição ímpar. Articularam sua visão de fé a partir de uma visão do mundo diferente e de uma perspectiva de classe operária de preferência a uma perspectiva intelectual. Esta nova visão mundial, isto é, a das classes populares, tornar-se-ia o centro da Igreja popular que começou a se fazer visível em torno de 1970.

66. Expressões típicas da visão teológica da JUC são encontradas in Luiz Alberto Gómez de Souza (ed.), *Cristianismo Hoje* (Rio, Editora Universitária, 1962), e Luiz Alberto Gómez de Souza, *O Cristão e o Mundo* (Petrópolis, Vozes, 1966).

A JOC e a ACO faziam parte de um número de novas experiências pastorais politicamente progressistas junto às classes populares que começaram a surgir nos primeiros anos da década de 60. O ponto de partida da nova pastoral popular era a situação material das classes populares, sua fé e seus valores. Havia forte preocupação em mostrar os aspectos politicamente libertadores da mensagem da Bíblia. Um aspecto integral desta nova fé era ver Cristo como pobre e trabalhador, que escolheu como discípulos outros pobres e trabalhadores, e que atacou os ricos e poderosos clamando por justiça.⁶⁷ Algumas das outras marcas visíveis destas novas experiências incluíam um engajamento na justiça social, no movimento popular, e uma preocupação com novas abordagens pedagógicas.

Há diferenças marcantes entre práticas religiosas e teologia, entre o primeiro momento de transformação da Igreja — quando grupos leigos da classe média desempenhavam um papel básico — e o segundo momento, em que grupos de classe popular desempenhavam um papel mais importante. A teologia progressista europeia, inspiradora da JUC, tratou principalmente de examinar qual a missão da Igreja no mundo contemporâneo. Na medida em que esses grupos amadureciam, começavam a desenvolver uma concepção de fé caracteristicamente latino-americana e a tratar mais das questões relativas às classes populares. Nunca atingiram, no entanto, plenamente o ponto que se tornou a preocupação central da teologia da libertação: qual a missão da Igreja num mundo de injustiça e opressão?⁶⁸ Enquanto o interlocutor fundamental da fé da JUC e do MEB era a classe média, na teologia da libertação ficaram sendo as classes populares. Gustavo Gutiérrez, um dos mais importantes teólogos da libertação, escreve:

«A teologia da libertação é uma tentativa de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação, das lutas, dos fracassos e das conquistas dos próprios oprimidos...

67. O estudo clássico que sintetizou muito da nova Cristologia encontra-se em Leonardo Boff, *Jesus Cristo, Libertador* (Petrópolis, Vozes, 1972).

68. O melhor estudo sobre o surgimento de uma teologia especificamente latino-americana está em Alfonso García Rubio, *Teologia da Libertação: Política ou Projétismo?* (São Paulo, Loyola, 1977), I Parte. Diversos ensaios de Gustavo Gutiérrez contêm bons debates das principais diferenças entre teologia da libertação e a teologia progressista europeia. *A Força Histórica dos Pobres* (Petrópolis, Vozes, 1981), 61-74, 86-92, 129-134, 243-309, 314-328.

As raízes da teologia da libertação estão nesse processo histórico e popular, na fé vivida nessa prática social, nas experiências de seguimento de Jesus no contexto da defesa dos direitos do pobre e do anúncio do Evangelho no bojo das lutas de libertação».⁶⁹

Houve, com efeito, muitas outras experiências que ajudaram a formar a Igreja popular. A JOC e a ACO eram, no entanto, as inovações mais importantes de nível *nacional* em práticas de pastoral popular; possuíam um poder de propagação que faltava na maior parte das experiências locais. Através de publicações e congressos, a JOC promoveu um intercâmbio de idéias entre os trabalhadores de todo o Brasil. Além disso, a JOC foi mais longe que a maior parte de outras experiências progressistas populares em termos de vivência e expressão de fé tais como experimentadas pela classe trabalhadora. Poucas experiências locais conduziram a compromettimentos tão significativos com o movimento popular ou a inovações pedagógicas tão radicais.

Originariamente a JOC foi concebida como meio de levar a Igreja à classe operária, de cristianizar a classe trabalhadora. Seu verdadeiro significado histórico, porém, consistiu em fazer o oposto, isto é, em ajudar a Igreja a entender a classe trabalhadora. Para avaliar a importância dessa contribuição é necessário ter primeiro uma idéia de como tradicionalmente a Igreja via o povo.

Antes dos anos 60, a Igreja pouco entendia da vida ou dos valores da classe trabalhadora; percebia parcialmente que ela vivia em condições materiais muito difíceis, mas raramente apoiava os movimentos populares que procuravam melhorar tais condições. Tinha pouco respeito pela religião popular, vista como ramo inferior do cristianismo, não considerava a classe operária competente ou possuidora de ricos valores humanos, e certamente não situava a pastoral popular como prioridade relevante. Poucos agentes pastorais viviam com e como o povo, e a maior parte da influência da instituição estava por detrás das classes dominantes.

Durante as décadas de 40 e de 50, a instituição se preocupava sobretudo com o fato de que os trabalhadores tinham deixado a Igreja, o que era visto pela hierarquia como sinal da ignorância religiosa do povo. «Não vivemos a lamentar a profunda ignorância religiosa que medra entre o povo católico?... Os fatos estão aí para atestá-lo. O protestantismo que avança no terreno da Igreja não é uma consequência da ignorância

69. Gutiérrez, *A Força Histórica dos Pobres*, 58, 114.

religiosa de nossos católicos?»⁷⁰ Havia uma consternação difundida em torno da idéia de que o povo «vive na ignorância e à superfície ou à margem do Evangelho».⁷¹

O ideal tradicional do bom padre era o de um indivíduo virtuoso, muito acima do povo. Pensava-se que era necessário um padre para orientar adequadamente o povo, incapaz de compreender os problemas mais importantes do mundo, e muito menos de chegar a soluções adequadas para esses problemas. O princípio pedagógico subjacente é que o povo é ignorante e nada tem para ensinar, enquanto o padre é superior e tem como missão elevar o povo à sua própria fé. O processo pedagógico é tão hierárquico e autoritário quanto a estrutura da Igreja.

Dentro dessa concepção, o padre é visto como superior às outras pessoas, de uma superioridade que justifica práticas elitistas e paternalistas. A maior parte dos padres insistia na necessidade de respeito e obediência da parte de seus inferiores na religião. «Ensinamos aos fiéis, como é o nosso dever, a sublime grandeza do sacerdócio católico. Procuramos incutir, à luz da revelação, o respeito devido ao caráter sacerdotal... Ensinar devemos a disciplina e a obediência, essa obediência de seres racionais e sobrenaturalizados».⁷²

Nos primeiros anos, parte desse paternalismo e desse elitismo estava presente na JOC. Um ex-assistente declarava em entrevista:

«Há um preconceito generalizado contra as massas populares, contra os operários, de que eles não sabem nada, de que eles não sabem pensar, de que eles são ignorantes. Junte esse preconceito com todo o estilo de formação do padre, e o assistente muitas vezes acabava por querer ensinar aos operários como é que devia ser o operário. Ora, se há alguém que não tinha condições de ensinar isso ao operário era o próprio padre, que nunca foi operário».

Com o tempo, porém, a JOC tornou-se uma das mais importantes experiências que ajudaram a Igreja a reavaliar sua visão do povo e suas práticas pedagógicas. Foi uma das mais importantes inovações a dar a um grupo de padres um contato direto e extenso com a classe trabalhadora, o que ajudou a catalisar muitas mudanças. Numa época em que a Igreja começava a legitimar mais práticas pastorais politicamente progres-

70. Pe. Gorgulino Garcia, *A Catequese dos Adultos*, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 15 (março de 1955), 94.

71. Mons. Frederico Didonet, *Pastoral de Evangelização*, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 23 (março de 1963), 5.

72. Mons. Frederico Didonet, *Nós e o Povo Cristão*, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 8 (dezembro de 1948), 822, 826.

sistas, em que o movimento popular era nacionalmente forte, em que outras inovações na educação popular estavam mudando a concepção predominante de como trabalhar com as classes populares, o contato que os assistentes de JOC tinham com as classes trabalhadoras levou-os a novas descobertas.

No período anterior ao golpe, os assistentes da JOC estavam já começando a refletir seriamente sobre o mundo da classe trabalhadora e, juntamente com os jocistas, principiaram a rejeitar a idéia tradicional de que a classe operária tinha deixado a Igreja devido à ignorância religiosa. Os assistentes da JOC chegaram à conclusão oposta: o problema não era falha da classe trabalhadora, mas antes, da instituição — a Igreja havia faltado à classe operária. Não entendia sua vida nem seus valores; de fato, ela havia traído o mundo da classe operária. Uma primeira reflexão (1964) da pastoral operária é altamente crítica em relação ao modo pelo qual a Igreja trabalhava com a classe operária.

«Muitos colegas de trabalho dizem dos padres: 'eles sabem muito, estudam muito, etc.'. O padre representa aquele que sabe bastante, que tem uma autoridade, mas que se encontra ao mesmo tempo distante e que pertence a um outro meio. Pode haver uma atitude dupla, uma diante do homem da Igreja (beija-se sua mão, mostra-se cheio de respeito, etc.), outra nos comentários que se fazem entre os companheiros de fábrica ou em casa. Nos contatos que tivemos nas fábricas ou no bairro, as pessoas com muita freqüência começaram por afirmar sua religiosidade, mostrando uma imagem que traziam sempre consigo, etc. Somente mais tarde, quando já se havia criado certo clima de confiança e de simplicidade entre nós, essas pessoas começaram a soltar todos os seus preconceitos sobre a Igreja. Os homens da Igreja freqüentemente se iludem pensando que não estão distantes da massa.

A idéia talvez mais freqüente que têm dos religiosos, dos padres, é que são pessoas ligadas aos ricos...

Os trabalhadores, em geral, parecem não acreditar nos homens da Igreja e nos católicos que freqüentam a Igreja... Os homens da Igreja e os católicos não demonstram por sua maneira de ser um verdadeiro espírito de fé.

A dificuldade não é talvez tanto que tal ou tal padre tenha fraquezas, eles compreenderão esse aspecto humano do padre. É o aburguesamento dos homens da Igreja que os escandaliza.⁷³

Este reconhecimento de que a Igreja não entendia o mundo da classe trabalhadora era o requisito óbvio para começar a entendê-lo. Enquanto os últimos anos do governo populista estimulavam um rico diálogo político e uma presença significativa da classe popular na política nacional, os participantes e assis-

73. «Pastoral da Igreja no Meio Operário», 1964.

tentes da JOC tornavam-se cada vez mais preocupados em entender o mundo da classe trabalhadora, mundo esse que era antes de tudo um mundo de pobreza, de opressão e de marginalização.

«Sócio-econômica e politicamente o operário é um marginal.

Um marginal da cultura — não sabe ler nem escrever em sua maioria...

Um marginal da sociedade — é segregado, não tem vez, não lhe é dado participar nos clubes, nas festas, nos grandes acontecimentos...

Um marginal da economia — suas necessidades econômicas não são contadas. Quando os operários de uma grande empresa entram em greve para reivindicar seus salários atrasados, os jornais e a classe dominante gritam logo pelos grandes prejuízos que a greve está dando ao Brasil — não devia ser dito ao Brasil, mas aos detentores do capital. Quando há um plano nacional de contenção das despesas, somente os operários contêm as suas — eles não têm outra possibilidade...

Um marginal da política — não há participação do operário nas decisões nem pequenas nem grandes; e nas soluções dos problemas do povo, não lhe é dado nem o direito do voto, uma vez que o voto é reservado aos letrados.

Religiosamente o operário é, desgraçadamente, também um marginal. Um marginal da paróquia, não é chamado a assumir responsabilidade nela».⁷⁴

Esta percepção das injustiças no mundo operário tornaram-se mais agudas depois do golpe. A repressão e os efeitos da política econômica do regime reafirmaram as opções dos padres que trabalhavam com os pobres.

Mas o mundo operário não era tão-somente feito de pobreza e opressão; é também um mundo de riqueza humana. Ao trabalhar, viver e falar com o pobre, um número cada vez maior de agentes pastorais descobriu a riqueza humana que coexiste ao lado da pobreza material. Esta descoberta marcou a dramática transformação no modo pelo qual os padres tradicionalmente viam o povo como incompetente, inferior, etc.

Esta visão dos valores humanos positivos da classe trabalhadora levou os assistentes a algumas reflexões importantes sobre a pedagogia. Na medida em que os assistentes e o movimento começaram a tentar entender o mundo da classe trabalhadora, começaram a refletir mais em como trabalhavam com as classes populares.

Nessas reflexões pedagógicas a JOC não estava só. Todos os movimentos de educação e cultura popular (MEB, Método

74. «Colaboração da JOC e da ACO para uma Pastoral Operária», 1963.

Paulo Freire, Centro de Cultura Popular) cuidavam de questões semelhantes e exerciam pelo menos uma influência indireta nas discussões internas da JOC. Práticas progressistas de pastoral entre as classes populares seguiam caminho idêntico ao que os outros movimentos estavam iniciando. Nas práticas pastorais, como nesses movimentos, a noção de respeitar o povo e a tentativa de aprender com ele começaram a vir à tona. Teologicamente, a nova concepção da missão da Igreja oferecida pelo Vaticano II encorajou uma visão mais humanitária, no sentido de que todas as pessoas devem ser respeitadas como filhos de Deus.

Estas novas experiências pastorais desafiavam o ideal tradicional do padre como pessoa virtuosa muito acima do povo. Uma das premissas-chave da nova pedagogia, que refletia parte de uma concepção mais ampla de como a JOC percebia sua fé e sua missão no mundo, era a de que o padre precisa ouvir a classe operária. Para ser eficaz, o padre deve tentar aprender com o povo. Os trabalhadores têm algo a ensinar, tal como o padre faz. E o trabalhador é um ser humano completo, merecedor de tanto respeito como qualquer outro ser humano. Esta ênfase no mérito humano fundamental de todos os indivíduos e a necessidade de respeitar o pobre, características da Igreja popular contemporânea, emergiram em torno de 1963 em discussões sobre pastoral operária. «Deveremos levar Deus à vida operária fazendo todo o possível para compreender cada vez mais o valor humano e divino do trabalho do operário e da classe operária».⁷⁵

A tentativa de respeitar o valor humano da classe trabalhadora é um princípio *pedagógico* que requer uma certa maneira de trabalhar com o povo. É também um comprometimento *político* no sentido de que o respeito às necessidades humanas do povo exige ação política para mudar estruturas injustas. Os assistentes da JOC estudavam cada vez mais tanto o aspecto pedagógico quanto o político deste comprometimento.

«Uma característica fundamental do nosso compromisso é a sensibilidade aos valores que encontramos no meio e que nos leva:

— a ter uma presença efetiva nos grandes interesses da vida operária: injustiças salariais, greves, associações de bairro, sindicatos;

— a valorizar os trabalhos e as soluções já dadas por pessoas no meio; respeitar a capacidade de receber e dar no meio;

75. «Encontro Nacional de Assistentes», junho de 1964.

- a sentir encanto pelos acontecimentos que cercam a nossa casa;
- a acreditar que eles nos podem ajudar e nos ajudam;
- a não aceitar privilégios, nem viver privilegiadamente entre eles». ⁷⁶

A importância de viver como os trabalhadores, de falar sua linguagem, de participar dos eventos importantes para a classe operária, de não aceitar privilégios de que carecia a classe operária era posta em relevo.

«Concluimos ser fundamental, como ponto de partida, fazer-nos aceitos pelos operários: tendo uma vida normal e espontânea entre eles, identificando-se a eles, ao meio e ao bairro, morador entre os moradores. Falando nos sermões a sua linguagem, os fatos de sua vida. Participando de sua conversa nas rodas». ⁷⁷

Analogamente, é relevante tratar do que é importante para o povo, não para o padre. O padre deve ajudar o povo a ter confiança em si ouvindo, apreciando e auxiliando quando necessário. O assistencialismo é redondamente condenado. «Nossa missão sacerdotal não é solucionar concretamente os problemas de uma maneira paternalista, mas estimular, despertar, motivar os jovens para que eles mesmos atuem organizadamente». ⁷⁸ Igualmente condenada é uma atitude de onisciência que havia prevalecido por séculos. «Nós ainda vamos aos operários um pouco como portadores da verdade e dos sacramentos e arautos do tesouro da Igreja, em vez de, desarmados, servirmos, revelando os valores já existentes na sua vida». ⁷⁹

Por volta de 1963 surgiu outra idéia que continua a desempenhar um papel central na Igreja popular: «A solução dos problemas da classe operária, da massa operária, deve vir dos próprios operários». ⁸⁰ É, mais uma vez, notável o contraste com uma atitude pastoral mais tradicional.

Esta convicção de que os trabalhadores deveriam determinar seu próprio destino era coerente com a prática predominante tanto da JOC como da ACO. Sobretudo na medida em que os assistentes mais se politizavam e se tornavam mais cômicos das questões pedagógicas em debate, tinham os participantes leigos

76. «Encontro Nacional de Padres no Meio Operário», JOC/ACO, maio de 1966.

77. *Ibid.*

78. «Encontro Nacional de Assistentes», junho de 1964.

79. «Encontro Nacional de Padres no Meio Operário», JOC/ACO, maio de 1966.

80. Discurso do assistente nacional, Pe. William Silva, 27 de fevereiro de 1963.

vasto campo para definir o que seria a JOC. Vale a pena sublinhar que os padres não tomavam parte nos grupos locais. Um participante via o papel do padre limitado a ser «uma ponte entre o povo e a instituição». Outro comentava:

«Encontramos muitos daqueles que simplesmente faziam o pessoal discutir. Havia uma consciência na gente de não aceitar que o padre determinasse a linha. O problema do padre passar de ajudante para militante nós sentimos muito, não aceitamos... A função do padre era simplesmente de assessor, assessor no sentido de ajudar».

Os participantes leigos tinham controle efetivo sobre as questões importantes.

«Na JOC os padres tinham influência, mas o movimento influenciou bastante os padres. É um movimento de jovens trabalhadores entre jovens trabalhadores e dirigido por jovens trabalhadores. Na preparação das reuniões sobre o conteúdo da vida operária, nós é que decidimos as coisas. Sobre a ação que ia ser desenvolvida dentro da fábrica, da associação, do bairro, nós é que elaboramos e decidimos».

As pessoas que participaram da JOC vêem esta ênfase na pedagogia como uma das mais importantes contribuições do movimento. Os trabalhadores assumiram a liderança da JOC e eram encorajados a assumir a liderança dos movimentos populares. Esta é uma contribuição importante numa sociedade em que historicamente as classes populares têm tido oportunidades limitadas de participação e em que suas opiniões raramente têm sido ouvidas e muito menos respeitadas. A situação tradicional da classe trabalhadora vinha assim expressa num documento da ACO: «Nós, trabalhadores, somos aqueles que nada têm a dizer nem na vida das fábricas, nem na vida dos nossos sindicatos, nem na vida das cidades, nem na vida política do País, mesmo quando se trata de medidas que nos atingem diretamente».⁸¹

A JOC ajudou o começo da transformação das práticas pedagógicas dentro da Igreja, a qual, como o resto da sociedade, tinha tradicionalmente mantido uma imagem elitista das classes populares. O movimento ajudou um grande número de pessoas a descobrirem seu próprio valor humano.

«A JOC me deu uma auto-aceitação. Através da JOC eu descobri o sentido e o valor de ser trabalhadora. Foi a descoberta de meu próprio valor. Antes eu tinha vergonha de ser trabalhadora».

E esta autodescoberta é também politicamente relevante. O pessoal é político. Na medida em que as pessoas das classes

81. ACO do Brasil, 1º de maio de 1973.

populares iam alcançando uma nova consciência de seu valor humano, ficavam cientes da injustiça de sua situação e lutavam muitas vezes para modificar tal situação. Neste sentido, uma das contribuições políticas significativas da JOC foi facilitar o processo de autodescoberta em seus participantes.

O que não quer dizer estivesse a pedagogia da JOC acima de qualquer crítica. Às vezes, os assistentes dominavam excessivamente os debates, outras vezes, surgia o problema oposto — o obreirismo; e a JOC, ironicamente, precedeu a Igreja popular não só nas inovações como também em algumas fraquezas pedagógicas. No fim dos anos 60, uma forte corrente obreirista dominava a JOC. Havia uma certa glorificação da classe operária e uma rejeição dos elementos não pertencentes à classe.

«A crítica que eu faço, e foi uma posição muito generalizada na JOC brasileira nos anos 60, é de um certo obreirismo. Quer dizer, houve elementos da JOC muito convencidos da auto-suficiência do próprio movimento operário como responsável da transformação da realidade. ... Essa posição se prolongou durante muitos anos. Ainda hoje há muitos elementos que têm esse posicionamento. Isso cria um isolamento, um sentimento de que a verdade está com a classe operária. Fora daqui, é burguês, não entende a gente».

Durante todo o período de 1964/1970 este obreirismo manifestou-se nitidamente nas relações da JOC com JUC, MEB e Ação Popular. Apesar do fato de ambos os movimentos fazerem parte da Ação Católica Brasileira, a JOC tinha contato limitado com a JUC, exceto na equipe nacional, e muitos jocistas rejeitavam totalmente a orientação da Ação Popular. Havia, muito significativamente, pouco contato entre a JOC e o MEB, apesar do fato de estar este último engajado na educação popular e estar tão comprometido quanto a JOC nas práticas pedagógicas de desenvolvimento sensíveis às classes populares. A JOC via o MEB como não operário, incapaz de compreender a classe operária; sentia desconfiança relativamente a posições e idéias do MEB. Havia contatos pessoais esporádicos entre algumas pessoas do MEB e alguns jocistas, mas muito poucos jocistas participavam ativamente do MEB. A secretária geral do MEB tentou, mais de uma vez, estabelecer um diálogo com a JOC, mas seus esforços não tiveram êxito.

O obreirismo ou basismo, encontrado em muitas partes da pastoral popular de hoje e em muitos grupos contemporâneos de ACO e JOC, repudia a contribuição que um não-trabalhador possa trazer ao processo de transformação social. Tal posição elimina, portanto, a possibilidade de aprender com grupos de

fora ou de com eles trabalhar. Essa posição leva facilmente à seguinte espécie de prática:

— Rejeição do tipo de informação que os intelectuais podem trazer ao movimento popular. Sem cair em posição de vanguarda, é importante reconhecer que os intelectuais podem exercer papel importante em ajudar as classes populares a desenvolver uma capacidade política mais crítica.

— Rejeição da Esquerda, sem ter em conta suas práticas e propostas. Embora estas possam ser muitas vezes criticadas com justiça como autoritárias e distantes do povo, a Esquerda também desempenhou importante papel no desenvolvimento de muitos movimentos populares. A Esquerda não tem todas as respostas, mas o povo também não.

— Rejeição de partidos políticos como arena importante para a luta, dado que os partidos estão «distantes do povo». Esta crítica é muitas vezes justa, mas esquece quão importante é o partido como instrumento para criar o espaço que torna mais viável o movimento popular. A autonomia dos movimentos populares deve ser respeitada, mas isto não é argumento para fechar os olhos ao partido, que é o principal instrumento para lidar com o Estado. Os movimentos sociais podem pressionar uma mudança política e podem ser a melhor arena para a educação popular política, mas em última análise as mudanças sociais mais importantes têm de ser realizadas através do Estado.

Até aqui mencionei os importantes meios pelos quais a JOC foi precursora da Igreja popular dos anos 70. Mas é também importante assinalar algumas diferenças entre a experiência da JOC e as expressões mais importantes da Igreja popular dos anos 70. Assim como o MEB e a JUC haviam anteriormente exercido forte influência sobre a JOC e a ACO mas haviam divergido dos movimentos das classes trabalhadoras, assim também a JOC e a ACO exerciam uma significativa influência sobre a nova pastoral popular, porém com divergências igualmente importantes. Em face dessas divergências, seria ilusório atribuir à JOC papel muito direto no surgimento da Igreja popular, especialmente das comunidades de base.

Não obstante a visão política da JOC ter sido sempre informada por sua fé, ela havia desenvolvido em torno dos últimos anos 60 um tipo de fé baseado quase exclusivamente no seu testemunho através da ação. Sua prática política era a principal expressão de suas convicções religiosas. A JOC se distanciara muito da vida sacramental da Igreja. Muitos militantes não iam

à Missa, tinham pouco contato com católicos fora da JOC, e pouco contato com a hierarquia. Como movimento, a JOC dedicava pouco tempo à espiritualidade; a oração, por exemplo, não era cultivada com grande constância.

A JOC expressava muitas vezes uma atitude negativa em relação a formas tradicionais de religiosidade. O movimento permanecia fiel a seu caráter religioso, mas rejeitava as expressões religiosas mais características da Igreja institucional. Esta dupla atitude, de esforço para viver a fé mas de rejeição das expressões tradicionais da Igreja institucional, aparece nitidamente em um documento de 1970.

«Para a maioria dos militantes o Evangelho reforça seu compromisso com a luta operária. Porém, existe na maioria dos militantes uma oposição às formas religiosas tradicionais da Igreja (missa, sacramentos, etc.). Não é uma oposição à missa ou aos sacramentos em si, mas uma oposição por estarem desligados da vida, nas formas apresentadas».⁸²

A maior parte dos participantes da JOC via a religiosidade tradicional como forma de alienação. A rejeição era tão forte que chegou a aumentar a distância entre o trabalhador comum e a JOC militante, reforçando as tendências elitistas já criadas pelas posições políticas da JOC. Diversos ex-participantes criticavam em entrevistas a atitude manifestada pela JOC em relação à religião popular, acentuando que ela criou outra barreira entre o movimento e a classe trabalhadora.

«A JOC realmente não entrou muito na religiosidade popular. Eu acho até o contrário, na JOC a gente achava a religiosidade popular uma espécie de alienação. Sempre achamos isso... Até hoje ela não assume, no bom sentido da palavra, a religiosidade popular. Então eu acho que este é um dos fatores que contribuiu para ela se tornar elitista».

Talvez mais claramente do que qualquer outra coisa, esta atitude negativa em relação à religiosidade popular distingue nitidamente o tipo de fé vivido pela JOC do tipo vivido nas comunidades de base. Embora influenciadas por experiências tais como MEB, JOC, ACR e ACO, as CEBs surgiram de práticas religiosas tradicionais que eram colocadas num contexto político de libertação. Coexistem nas CEBs uma rica mistura de religiosidade tradicional e práticas de libertação política. A oração e o debate bíblico continuam, não obstante o novo conteúdo a eles atribuído, no âmago daquelas comunidades

82. «Resumo do Conselho Nacional».

religiosas. Esta forma de expressão religiosa era, no fim dos anos 60, muito precária na JOC.

Nas CEBs, a atitude em relação à religiosidade popular difere significativamente daquela desenvolvida pela JOC. Algumas CEBs continuam a praticar os rituais religiosos que a JOC via como alienados. É comum, por exemplo, ver o povo rezar o terço numa comunidade de base. As fronteiras entre a oração, a Bíblia, o mutirão e a atividade política foram parcialmente desfeitas. Situadas em novo contexto, as práticas religiosas tradicionais têm um significado simbólico diferente do que tinham no passado, mas há também certa continuidade importante no significado de tais práticas.

As CEBs continuam também a participar ativamente da vida sacramental da Igreja e da estrutura paroquial. As relações com a Igreja institucional são mais estreitas que as mantidas pela JOC nos últimos anos 60. Têm sido raras as tensões sérias.

Enquanto a JOC acabou sendo um movimento de elite para líderes do movimento popular, as CEBs tornaram-se um movimento de massa com talvez dois milhões de participantes, não possuindo nenhuma característica elitista. O nível de envolvimento político varia muito, mas ter uma consciência política não é pré-requisito para a participação. Ao contrário, apesar da impressão criada pela imprensa da classe média, as CEBs são fundamentalmente comunidades *religiosas*. Frei Betto, um dos mais importantes assessores de CEBs, escreve:

«Como comunidades de Igreja, as comunidades de base têm um caráter próprio que não pode ser esquecido. O fato dessas comunidades estarem organizando uma parcela das camadas populares, despertando-a para a força de sua união, não significa que o processo de libertação se esgote na e pela Igreja... Exigir das comunidades de base que elas sejam, simultaneamente, oposição sindical, embrião partidário, centro social, é confundir as coisas... Comunidade de Igreja não deve ser outra coisa senão comunidade de fé».⁸³

Não obstante sua enorme importância nos movimentos populares, e embora reconhecendo diferenças regionais, a maior parte das CEBs continuam a caracterizar-se por práticas políticas basistas. A observação feita há seis anos pelo Pe. J. B. Libânio, outro conhecido assessor de CEBs, de que «o nível

83. Frei Betto, *Da Prática da Pastoral Popular*, em *Encontros com a Civilização Brasileira* 2, 104. Na mesma ordem de idéias, vejam-se outros artigos de Frei Betto in *O que é Comunidade Eclesial de Base* (São Paulo, Brasiliense, 1981). Veja-se também J. B. Libânio, *Igreja-Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação*, em *Revista Eclesiástica Brasileira* 41 (junho de 1981), 279-311.

político é o nível mais fraco nas CEBs», é ainda verdadeira.⁸⁴ Na medida em que o projeto político de libertação progrediu, e os movimentos populares conquistaram maior espaço político, as exigências da conjuntura forçaram as CEBs a amadurecer politicamente. Continuam, porém, mais heterogêneas e geralmente menos envolvidas politicamente do que a JOC nos últimos anos da década de 1960.

Essas diferenças entre a JOC e a nova pastoral popular tornaram-se aparentes desde o início. Algumas pessoas, que tiveram papel influente no desenvolvimento da pastoral popular, adotaram, a despeito de sua afinidade política com a Ação Católica Brasileira, uma atitude crítica em relação a esta última. José Comblin, teólogo francês e missionário que desempenhou papel determinante nas primeiras fases da pastoral popular no Brasil, escreveu em 1967 o seguinte:

«Dedicada à formação de militantes, a Ação Católica recruta geralmente entre rapazes e moças já convertidos ou que já têm de antemão predisposições para uma vida de militância... Tudo isso faz com que a Ação Católica se limite a pequenos grupos, e depois de alguns anos os pequenos grupos se tornem insensivelmente castas isoladas».⁸⁵

Não se trata de negar o papel importante exercido pela JOC no surgimento da Igreja popular. No entanto, seu caráter elitista, sua atitude negativa em relação à religião popular, seus frágeis laços com a Igreja institucional e sua expectativa de que os participantes tivessem uma consciência política altamente desenvolvida, todos esses fatores representaram afinal fraquezas para o movimento. Enquanto a JOC e outros grupos de elite dos anos 60 eram finalmente postos à margem da instituição, as comunidades de base e a pastoral popular conquistavam maior espaço dentro da Igreja do Brasil, ajudando-a a tornar-se uma das forças políticas mais importantes da sociedade e, juntamente com a Igreja polonesa, uma das mais importantes experiências do catolicismo contemporâneo.

A JOC e a transformação da Igreja

Em todo o artigo tenho procurado demonstrar que as transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira desempenharam um papel-chave na promoção de mudanças na

84. J. B. Libânio, Uma Comunidade que se Redefine, em *SEDOC* 9 (outubro de 1976), 305.

85. José Comblin, *Os Sinais dos Tempos e a Evangelização* (São Paulo, Duas Cidades, 1968), 206, 207.

JOC. A medida que o movimento fortalecia sua identidade como movimento de classe trabalhadora engajado na causa popular, essas mudanças causavam impacto cada vez maior na visão da JOC a respeito de sua missão. No período pós-64, duas mudanças tiveram um impacto particularmente significativo. Primeiro, o regime adotou um modelo de desenvolvimento de alta desigualdade, levando a um declínio de salários reais que exacerbou as já difíceis condições de vida. Segundo, desenfreada forte repressão contra os movimentos populares mais significativos, levando ao encarceramento de muitos líderes da JOC.

Não somente a mudança da realidade, mas também as novas formas em que esta realidade era percebida por outros grupos sociais e movimentos, afetaram a percepção da JOC. Sob esse aspecto, o fato de que a Esquerda como um todo entrava em fase mais radical, aumentando a crítica ao capitalismo, e de que novas concepções teológicas ajudavam a legitimar visões de fé mais progressistas, era particularmente mais significativo. O fato de que outros grupos da Igreja engajavam-se na causa popular e se tornavam mais críticos do capitalismo propiciou apoio adicional às mudanças da JOC. Em resumo, tanto na sociedade em geral, como na Igreja, várias circunstâncias encorajaram a JOC a tomar posições cada vez mais progressistas.⁸⁶

É interessante observar como foi diferente a evolução dos Círculos Operários. Nos últimos anos 40, os Círculos eram politicamente bastante semelhantes à JOC, mas, na época do golpe, havia grandes diferenças. Os Círculos tiveram, desde o início, uma liderança predominante de classe média; eram mais clericais, tinham uma visão de fé marcadamente mais dualista, e faltava-lhes um método pedagógico que levantasse questões sobre a realidade social. Permaneceram mais fechados à realidade social, daí mais fechados às influências que ajudaram a transformar a JOC. Além disso, os Círculos não tinham ligações com as experiências progressistas da Igreja (ACB, MEB) que desempenharam papel importante na transformação da JOC.

86. Os mesmos fatores que ajudaram a explicar a transformação da JOC desempenharam seu papel na transformação da Igreja brasileira como um todo. A repressão e a política de desigualdade econômica contradiziam tão violentamente a doutrina social da Igreja, que um número cada vez maior de bispos manifestava-se abertamente. Ao mesmo tempo, as práticas pastorais da JOC e de outros grupos de base levavam a Igreja ao ciclo repressivo, e os conflitos entre a Igreja e o Estado impeliram a hierarquia para posições cada vez mais críticas. Uma boa visão geral está em Helena Salem, «Dos Palácios à Miséria da Periferia», in Helena Salem (org.), *A Igreja dos Oprimidos* (São Paulo, Brasil Debates, 1981), 17-64.

Conseqüentemente, as mudanças da sociedade brasileira e da Igreja afetaram os Círculos em escala muito menor que a JOC. Na verdade, em torno de 1964, os Círculos, de tão fechados à realidade social, estavam fora de época.

O relacionamento entre a transformação da JOC e a da Igreja não era unidirecional. Além de beneficiar-se da existência de outras experiências de pastoral progressista, a JOC ajudava a realizar a transformação que levaria a Igreja brasileira a uma aproximação mais íntima com as classes populares.

Alguns estudos recentes indicam que a transformação da Igreja brasileira realizou-se de baixo para cima. A presença de grupos leigos teria desempenhado um papel-chave nessa transformação.⁸⁷

A JOC representa um caso nitido dessa transformação de baixo para cima. É um exemplo interessante de como um grupo de base pode levar a efeito uma mudança dentro de uma instituição de estruturas marcadamente autoritárias e hierárquicas.

A onda repressiva de 1970 efetivamente silenciou a JOC por cerca de dois anos, justamente quando a Igreja popular começava a fazer-se ouvir e quando a instituição começava a assumir a defesa dos direitos humanos. Através dos anos Médici, outros grupos de Igreja alcançaram um dinamismo que superou a JOC e a ACO, mantidas ainda sob estreita vigilância. As comunidades de base floresceram e apareceram então a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra, que se tornaram o centro dinâmico de inovações da Igreja.

A JOC nunca se recuperou completamente, embora o movimento tenha recomeçado a expandir-se depois de 1972. Enquanto nasciam outras experiências da Igreja, a JOC permanecia eclipsada, vítima de muitos anos de repressão e de problemas internos. O movimento continua hoje a enfrentar uma crise de identidade que apareceu pela primeira vez nos anos de maior repressão e que se agravou pelo surgimento das CEBs, da pastoral operária e das experiências progressistas da pastoral da juventude. Que quererá ser o movimento? Acham alguns que seu tempo passou, enquanto outros argumentam que pode ainda exercer um papel importante na Igreja.⁸⁸ Caso deva desempenhar

87. Os estudos mais importantes estão em Luiz Alberto Gómez de Souza, *JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*, e Souza Lima, *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*.

88. Dom Hélder Câmara está entre os que sentem que a Ação Católica Brasileira não mais teria papel relevante na Igreja. «Não teria sentido o ressurgimento da Ação Católica no Brasil, depois do Vaticano II e de tudo o que ocorreu. Seria um retrocesso para os nossos leigos». In Helena Salem, *A Igreja dos Oprimidos*, 108.

novamente um papel significativo, o movimento precisará decidir, antes de mais nada, se quer trabalhar com o trabalhador médio ou continuar sendo movimento para líderes. Concretamente, se optar pelo primeiro, precisará mudar de atitude para com a religião popular e não depreciar o operário detentor de uma consciência política menos desenvolvida. Ao lado deste há outros problemas. Qual o papel dos assuntos pessoais? Fará o movimento algo de específico para a juventude?

Aparece também a questão da especificidade da JOC. Como irá o movimento diferenciar-se de outros movimentos da Igreja, especialmente da pastoral operária e da pastoral da juventude?

Não é minha intenção resolver estes problemas mas sim assinalar que eles constituem o cerne da crise de identidade que a JOC enfrentou desde os primeiros anos 70. Não obstante continuar ainda a ter problemas, a JOC desempenhou um papel histórico importante na Igreja do Brasil.

A mais importante contribuição da JOC talvez tenha sido servir como precursora da Igreja popular. A JOC desenvolveu uma concepção de fé, um engajamento na luta popular e práticas pedagógicas que exerceram influência indireta sobre outras experiências de pastoral popular. Embora o nível de militância política da JOC e a rejeição da religiosidade popular a tornem nitidamente diferente dos movimentos de Igreja dos anos 70, ela influenciou profundamente muito da reflexão teológica e das práticas pedagógicas desses movimentos mais novos.

A JOC teve também importante influência direta ao sensibilizar um número significativo de padres em relação aos problemas da vida da classe operária, seus valores, e a importância do apoio aos movimentos populares. Mais de um padre mudou através desse contato com a classe operária. «Eu não tinha uma fé madura até viver no meio popular». «Minha visão de tudo mudou quando fui morar no meio popular». Entre os que assinalaram sua dívida pessoal à JOC está Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús, Ceará, uma das figuras proeminentes da Igreja popular, que trabalhou com a JOC durante dez anos e declarou que a experiência proporcionou «uma revisão de toda a minha formação teórica, pois descobri a importância dos pequenos fatos, vendo que os fracos é que são grandes».⁸⁹

Esses padres e os jocistas desempenharam papel importante na luta pela mudança dentro da Igreja. Nos últimos anos 50, os assistentes da JOC estavam já entre os padres mais progressistas da Igreja do Brasil. O contato freqüente com os problemas

89. *O São Paulo*, 10-16 de fevereiro de 1979.

da classe trabalhadora levou-os a desenvolver concepções mais progressistas sobre a missão da Igreja do que a maior parte de seus colegas. Significativamente, os padres da JOC e da ACO desempenharam um papel importante na confecção das cartas dos últimos anos 60 escritas por padres criticando a Igreja por seu caráter conservador.⁹⁰

Estes assistentes e os militantes de JOC desempenharam um papel importante encorajando a Igreja a tornar-se mais comprometida com as classes populares. Em nenhum lugar isto é tão claro como no desempenho da JOC e da ACO ao criarem a Pastoral Operária. Em São Paulo, Santo André, Volta Redonda e outras cidades, os participantes de JOC e ACO desempenharam papel-chave na criação da pastoral operária. No Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Nova Iguaçu, desempenharam um papel ligeiramente menos central mas ainda importante. Não foi sem razão que Dom Claudio Hummes declarou: «é justo afirmar que a JOC, a ACO e essas Pastorais Operárias têm formado militantes cristãos, que hoje pesam significativamente no movimento operário e popular».⁹¹

Exatamente como JOC e ACO contribuíram para movimentos populares específicos, para o surgimento da oposição trabalhista e do novo sindicalismo, e para a atual pastoral popular em diferentes regiões do País — é assunto que poderia ser proveitosamente examinado em estudos posteriores.

Em alguns casos, os assistentes e participantes da JOC desempenharam um papel-chave encorajando a formação de comunidades de base. Algumas das primeiras comunidades de base do Brasil foram fundadas na zona rural do Maranhão por jocistas e assistentes de JOC. A escassez de informação sobre as origens das CEBs não permite uma avaliação precisa do número de vezes em que os jocistas ajudaram a lançar as comunidades de base, mas certamente a experiência pioneira do Maranhão não foi a única.⁹²

Tragicamente, a JOC também ajudou a transformar a Igreja forçando-a a enfrentar a natureza repressiva do regime autori-

90. A mais famosa destas cartas, a Carta dos 300 Padres, originou-se dos assistentes da ACO e JOC em Belo Horizonte. O papel que os padres da ACO e da JOC e outros padres operários desempenharam na carta vem enfatizado no artigo publicado no *Diário de S. Paulo*, 25-10-67.

91. *Boletim Nacional da Comissão de Pastoral Operária*, julho de 1980.

92. O papel desempenhado pelos assistentes da JOC e ACO lançando as CEBs no Maranhão vem assinalado no relatório publicado em *Uma Igreja que Nasce do Povo* (Petrópolis, Vozes, 1975), 98-105.

tário. Inicialmente apenas os jocistas líderes dos movimentos populares eram atingidos pela repressão, mas, à medida que o movimento se desenvolvia, os assistentes eram também atingidos. Alguns casos, e mais particularmente o do Pe. Wauthier em Osasco, o dos quatro agentes de pastoral em Belo Horizonte, e as prisões e torturas sistemáticas da primeira metade de 1969 e de fins de 1970, provocaram as mais sérias críticas da Igreja ao regime, e até com a manifestação de bispos relativamente conservadores em defesa das vítimas.

Este processo de repressão contra a Igreja foi um dos fatores mais importantes a produzir sua transformação, e foi principalmente a ação dos líderes leigos e dos agentes de pastoral que trabalhavam com as classes operárias que provocou a repressão. Nos últimos anos 60 o conflito real não era entre Igreja e Estado, mas entre o Estado e as organizações populares ou grupos de estudantes. Somente quando a Igreja começou a defender os grupos de leigos e os agentes pastorais que com eles trabalhavam, é que irromperam os conflitos sérios Igreja/Estado. Embora a maioria dos bispos pudesse não ter apoiado a espécie de trabalho pastoral que conduziu às prisões, sentiam-se chamados a defender seus colegas contra o que eles consideravam uma injusta e exagerada reação do Estado.

A JOC desempenhou papel importante em levar a Igreja a se envolver no ciclo repressivo. Conseqüente — e ironicamente — o processo que quase provocou a extinção da JOC simultaneamente ajudou a trazer viva dentro da Igreja a mensagem da JOC. Enquanto a repressão efetivamente dizimava a JOC, causou também mudanças dentro da Igreja, que a levaram a posições cada vez mais próximas daquelas que a JOC — entre outros grupos — tinha antes introduzido.

Endereço do Autor:
340 — Ventura n. 18
Palo Alto
94306 Califórnia — USA